

Quem disse ?

«Não tenho “preconceitos antiamericanos”, nem andei, há vinte e tal anos, em manifestações de rua contra a NATO(...) mas não sei viver neste mundo onde já só se pode ser patriota americano»

Manuel Alegre
Expresso, 10 de Abril

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Nº1015 15 ABRIL 1999 100\$ - 0,5 €



Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt



Guterres recebido calorosamente

Portugal reforça cooperação com São Tomé

Portugal e São Tomé e Príncipe assinaram ontem um protocolo de cooperação trienal, até 2001, no valor de 8,2 milhões de contos, no qual se prevê o reescalonamento da dívida deste país africano e um perdão de juros avaliado em cerca de 150 mil contos. Esta acção de cooperação da política externa nacional foi concretizada terça-feira, durante uma visita oficial de três dias que o primeiro-ministro, António Guterres, efectuou a São Tomé e Príncipe.

O plano de cooperação trienal também envolverá uma verba de 1830 contos para o apoio à consolidação das instituições são-tomenses, seja ao nível da administração pública, seja ao nível da justiça, segurança interna e comunicação social.

Logo na segunda-feira, tanto o Presidente da República, Miguel Trovoada, como o primeiro-ministro são-tomense, Guilherme Posser da Costa, encontraram-se com António Guterres na VIII Feira do Livro Portuguesa. Um gesto que revelou a importância que os responsáveis deste país da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa atribuem à cooperação com o nosso país, especialmente nos campos do ensino e da cultura.

Nessa mesma deslocação a São Tomé e Príncipe, foi também aprovado um projecto de internacionalização de empresas nacionais e um programa em que o país se compromete a reforçar e a intensificar os programas de ajuda nas áreas da saúde e da educação.

Entretanto, em Budapeste, depois de ter visitado a Eslovénia, o Presidente da República, Jorge Sampaio, reafirmou a vontade de Portugal em ajudar a Hungria no seu processo de adesão à União Europeia.

«A adaptação de Portugal ao modo de funcionamento do espaço comunitário tem constituído um inegável sucesso», lembrou o chefe de Estado.

O NOSSO ADVERSÁRIO É A ABSTENÇÃO

Perante mais de oito mil pessoas, o PS apresentou sábado passado, no Parque das Nações, em Lisboa, a sua lista para o Parlamento Europeu. O cabeça-de-lista socialista, Mário Soares, lançou um apelo no sentido de que todos ajudem a combater o fenómeno da abstenção, o principal inimigo da democracia. Transmitiu também uma mensagem de confiança no sucesso da sua candidatura a Estrasburgo, lembrando a todos o seguinte: «Os portugueses conhecem-me, têm confiança em mim e naquilo que digo.»



MÁRIO SOARES PARA O PARLAMENTO EUROPEU

Parlamento

António Guterres no Parlamento Governo assume uma política externa digna da história de Portugal



O primeiro-ministro esteve quinta-feira na Assembleia da República, onde já se deslocou por 44 vezes desde que tomou posse nas suas actuais funções. Em debate, estiveram principalmente os temas de Timor-Leste, das negociações da Agenda 2000 e da recente intervenção da Aliança Atlântica na Jugoslávia.

Sociedade & País

Emprego e formação Educação profissional para todos os jovens



Todos os jovens com idade inferior ou igual a 20 anos que não tenham concluído o 9º ano terão uma oportunidade de formação assegurada pelo Governo socialista.

A garantia foi dada, no passado dia 9, pelo secretário de Estado do Emprego e Formação, Paulo Pedrosa, numa conferência de imprensa para apresentação do primeiro balanço de aplicação do Plano Nacional de Emprego (PNE).



PSD: uma telenovela cómica

Estamos a assistir diariamente a uma autêntica telenovela no PSD, por sinal o maior partido da oposição em Portugal e aquele que pretendia ser uma alternativa de poder no nosso sistema democrático.

Indiscutivelmente, no que ao PSD respeita, estamos a assistir a um programa com todos os ingredientes necessários à captação de um certo tipo de audiências que aprecia o divertimento na vida política e que habitualmente costuma ir para o ar por volta das 20 horas (coincidindo com os telegiornais), incluindo, por vezes, sábados e domingos. De um momento para o outro, todos nós fomos confrontados com a súbita demissão de Marcelo Rebelo de Sousa e o fim da chamada Alternativa Democrática. Pela televisão, sempre pela televisão, ouvimos Leonor Beza garantir que o programa estava nos seus últimos episódios, que iria continuar a assegurar a responsabilidade por todas as suas funções e que a crise teria rapidamente um ponto final, sobretudo, após Durão Barroso substituir o anterior projecto em curso.

Engano, por engano, o final feliz tardou e o filme está longe do seu último episódio. Leonor Beza demitiu-se, numa cena violenta, traída por quem a elogiara ao longo dos últimos anos e por quem lhe jurara total fidelidade. Com Leonor, saiu também Marques Mendes, actor prestigiado que trabalha com todos os realizadores e produtores de telenovelas no PSD, qualquer que ele seja.

Sem Leonor, sem Marques Mendes, sem direcção artística, aguardava-se o regresso do salvador, Durão Barroso, que se encontrava nos Estados Unidos da América, país em que se refugiou, juntamente com o seu pai político, Cavaco Silva, para não ter de defrontar o primeiro-ministro num incómodo debate parlamentar.

Segunda-feira passada, Durão Barroso regressava finalmente à sede da São Caetano à Lapa. E regressava com os métodos autoritários com que o «cavaquismo» habituara muitos portugueses: sem piedade, sem permitir que alguém abrisse a boca para o contestar, impôs uma solução a todo o partido, escolhendo o incómodo Pacheco Pereira para cabeça de cartaz do controverso filme. O major Valentim Loureiro nem queria acreditar. «Logo aquele intelectual, quando eu sou actor de telenovelas populares», terá confessado. O PSD/Porto entrou em estado de choque. O PSD Lisboa, o PSD Coimbra e o PSD/Aveiro choraram sem parar.

Mas a revolta está iminente e já se podem observar os seus primeiros sinais. Pacheco Pereira ainda somou mais votos negativos do que Leonor Beza. A instabilidade promete continuar no maior partido da oposição. Os presidentes das distritais «laranja» estão com o dedo no gatilho. Têm ordem para disparar a 13 de Junho próximo. Aguardam-se as próximas vítimas no PSD.

Deputado dos reformados homenageado na Figueira da Foz

Largas centenas de idosos estiveram presentes, no dia 27 de Março, num restaurante da Figueira da Foz, numa festa de homenagem ao deputado dos reformados na Assembleia da República, Manuel Jerónimo. Para além dos idosos, participaram também nesta iniciativa de solidariedade para com Manuel Jerónimo, representantes de duas juntas de freguesia e da Câmara Municipal da Figueira da Foz, bem como o comandante da PSP da Figueira da Foz.

Nas diversas intervenções foi realçado o notável trabalho realizado ao longo de muitos anos por Manuel Jerónimo, líder do MODERP em prol da defesa dos direitos dos reformados e pensionistas.

Nesse sentido, foi posta em evidência a necessidade da presença de Manuel Jerónimo em lugar elegível nas futuras listas do PS, de forma a que os cerca de dois milhões de idosos do nosso país tenham no Parlamento um representante que lute pela melhoria das condições de vida desta camada da população.

No final do almoço, que decorreu num clima de grande confraternização, os dirigentes do MODERP-UGT ofereceram uma prenda ao deputado socialista Manuel Jerónimo.



Por seu turno, um grupo de 20 idosos da zona de Cascais também presenteou o deputado dos reformados com um quadro com a sua fotografia a cores.

Não conseguindo esconder a sua emoção por mais esta homenagem dos jovens da Terceira Idade, a terceira num curto espaço de tempo, o camarada Manuel Jerónimo lembrou que desde os tempos da resistência ao fascismo sempre norteou a sua acção política em torno dos valores da justiça social e em particular na defesa da melhoria das condições de vida das pessoas idosas. Neste contexto, prometeu ser uma voz activa no Parlamento em defesa dos reformados e pensionistas.

J. C. C. B.

Capitalismo puro e duro gera 35,6 milhões de pobres nos EUA

O modelo norte-americano de capitalismo continua a gerar um enorme fosso entre os seus cidadãos.

Fosso que, recorde-se, atingiu proporções escandalosas durante o consulado de Ronald Reagan, que, com a sua política ultraliberal inspirada nas teses dos Chicago Boys, lançou largas faixas da população para a mais completa miséria.

O modelo norte-americano que uma certa direita e alguns pós-modernistas, ainda que tímida-

mente e só nalguns aspectos, não se cansam de elogiar e pretender transpor para a Europa, continua a não assegurar a grande parte da sua população a satisfação de muitas necessidades básicas e a gerar gritantes desigualdades.

Segundo nos revela uma notícia publicada no «Diário de Notícias» de 30 de Março, um estudo recente do gabinete de censos norte-americano, relativo a 1997, estimava o número de pobres no país com a economia mais poderosa em 35,6 milhões de pessoas.

J. C. C. B.



AS BASES ESCOLHERAM

O «Acção Socialista» publicava na sua edição de 16 de Abril de 1981 os primeiros resultados provisórios da eleição de delegados ao IV Congresso nacional do Partido.

Segundo noticiava o órgão oficial do PS, então dirigido pelo camarada Alfredo Barroso, a moção «Novo Rumo para o PS», subscreta pelo camarada Mário Soares, obtinha cerca de 70 por cento dos delegados. Por seu turno, a moção «Um Partido Forte, um Projecto Claro», subscreta, entre outros, pelos camaradas salgado Zenha, Jorge Sampaio, Vítor Constâncio, António Arnaut e António Guterres, contava com cerca de 28 por cento dos votos.

Quanto à moção «Esquerda Laboral», subscreta pelo camarada Marcelo Curto, obtinha 2 por cento dos votos.

Por outro lado, a moção «Por um Projecto Socialista, por um Partido Democrático», subscreta pelo camarada José Leitão, contava com cerca de 0,5 por cento dos votos.

J. C. C. B.

16 de Abril

Quem disse?

«O Partido Socialista são os seus filiados. As eleições de delegados para o Congresso movimentou-os e acordou muitos que se mostravam adormecidos. Mas um partido político vive também das franjas de simpatia, para além dos seus filiados. São os seus votantes.»

Raul Rego



ANIVERSÁRIO PS - 26 ANOS
COMEMORAÇÕES
25 ANOS DO 25 ABRIL
ENCONTRO NACIONAL
DE AUTARCAS SOCIALISTAS

Dia 18 de Abril - 13 horas
Braga - Parque de Exposições



Inscrições Almoço:
 Sede Nacional Teif: 01-382 20 17
 PS - Braga Teif: 053-217636
 Inscrições Limitadas

O NOSSO ADVERSÁRIO É A ABSTENÇÃO

Perante mais de oito mil pessoas, o PS apresentou sábado passado, no Parque das Nações, em Lisboa, a sua lista para o Parlamento Europeu. O cabeça-de-lista socialista, Mário Soares, lançou um apelo no sentido de que todos ajudem a combater o fenómeno da abstenção, o principal inimigo da democracia. Transmitiu também uma mensagem de confiança no sucesso da sua candidatura a Estrasburgo, lembrando a todos o seguinte: «Os portugueses conhecem-me, têm confiança em mim e naquilo que digo.» O secretário-geral do partido, António Guterres, disse estar a viver um sonho por ter o fundador do PS e a figura central da democracia portuguesa a candidatar-se a uma instituição europeia. «A Europa precisa da voz de Mário Soares», disse. O camarada Jorge Coelho, presidente da Federação da Área Urbana de Lisboa (FAUL), deixou bem claro que o PS é hoje o único factor de estabilidade na vida política portuguesa.



Em ambiente de enorme entusiasmo e num cenário lindíssimo — cuja responsabilidade pertenceu ao secretário coordenador do partido António José Seguro —, o PS apresentou a sua lista europeia sábado passado, ao mesmo tempo em que o PSD continuava envolvido em guerras internas, depois da sua cabeça-de-lista, Leonor Belezza, ter pedido a demissão desse lugar na sexta-feira passada. Sem nunca se referir a qualquer partido da oposição, Mário Soares fez um discurso em que explicou os motivos que o levaram a candidatar-se ao Parlamento Europeu, frisando, também, que continua a assumir-se como «republicano, laico e socialista». Em relação aos seus adversários nas eleições de Junho próximo, o ex-chefe de Estado elegeu como principal inimigo o fenómeno da abstenção, tendo lançado um apelo a todos os portugueses no sentido de participarem neste acto eleitoral. Quanto à linha política que levará para Estrasburgo, apenas deixou o seguinte recado: «Os portugueses conhecem-me. Têm confiança em mim e naquilo que digo. Ao iniciar este combate inesperado, alicante e difícil, sinto-me à vontade para pedir aos portugueses que me apoiem. O nosso adversário chama-se abstenção». Momentos antes de Mário Soares iniciar este discurso, a organização do comício-festa passou um pequeno filme sobre a longa obra política do fundador do partido, imagens frequentemente acompanhadas

por longas salvas de palmas vindas da multidão.

Elogio à generosidade de Guterres

O ex-Presidente da República dirigiu-se aos socialistas usando a sempre actual expressão «camaradas». Depois, fez um rasgado elogio ao actual primeiro-ministro, sublinhando a importância da sua competência política, da sua integridade moral, do afecto que transmite aos portugueses e da capacidade de diálogo que tem revelado. «Mas, mais importante extraordinário e raríssimo, é a generosidade pessoal de António Guterres», sobretudo, porque «estamos perante um líder incontestado. Essa generosidade é essencial para o País ter confiança e orgulho no primeiro-ministro que tem», declarou Mário Soares, para quem o actual chefe do Governo, em termos políticos, «conseguiu garantir para os portugueses um horizonte de estabilidade até 2007», após ter concluído com êxito, em Berlim, as negociações da Agenda 2000. Na sua intervenção, o ex-Presidente da República deixou bem claro que manter-se-á à distância «dos pequenos jogos políticos», preocupando-se em contrapartida, principalmente, com os grandes temas nacionais, que em larga medida passam pelas questões da União Europeia. «Essa distância, que continuarei a ter, apesar de estar na lista do PS, não me impede que seja (como sempre fui) socialista, republicano e laico». Depois de garantir que não regressará à

vida partidária, cumprindo assim a sua promessa quando abandonou o Palácio de Belém, o fundador do PS revelou que, da política partidária, já teve alegrias que bastam. Referindo-se à passagem de testemunho verificada entre o final de 1995 e o começo de 1996, Soares frisou que deixou na Presidência da República um amigo e um socialista - Jorge Sampaio; na Assembleia da República, ficou «um querido amigo e companheiro de geração: Almeida Santos»; na presidência do Governo, impôs o secretário-geral do PS, António Guterres. «Estou muito descansado com o partido, porque os seus dirigentes são os melhores e, por isso, está em muito boas mãos», afirmou, antes de realçar que, pessoalmente, sempre foi um homem de grandes desafios e que nunca virou a cara à luta.

Candidatura de Mário Soares faz sentido

Antes de Mário Soares, usou da palavra por breves minutos o secretário-geral do PS. O camarada António Guterres logo começou por realçar a importância de o partido ter o seu fundador como cabeça-de-lista para o Parlamento Europeu. «Estamos a viver um sonho», declarou.

«Se porventura já era para mim uma honra ser secretário-geral do PS que Mário Soares fundou; se já era também uma grande honra continuar a obra que ele fez enquanto primeiro-ministro de um país que salvou por duas vezes da banca rota; o destino ainda me deu a honra maior que a voz de

Portugal no Parlamento Europeu vá ser a da figura central do nosso regime democrático», afirmou.

Parte do discurso do primeiro-ministro também se destinou a vincar que faz sentido em candidatar-se ao Parlamento Europeu. «Faz sentido porque o mundo e a Europa de hoje precisam da voz de Mário Soares», respondeu, lembrando que atravessamos uma conjuntura política marcada por fenómenos de desestruturação, ainda agravados por uma «economia desregulada, onde crescem as desigualdades sociais».

Já o presidente da FAUL, Jorge Coelho, optou por atacar o maior partido da oposição, pedindo à assistência para imaginar qual o estado de espírito do PSD que, «de um momento para o outro, ficou sem líder e sem cabeça de lista para as eleições europeias. Se pensavam que os problemas se resumiam a Marcelo, enganaram-se. Com Durão, os problemas continuam», acusou. Para o dirigente socialista, «o PSD apenas tem a oferecer ao país instabilidade, insegurança e intranquilidade», afirmou depois de pedir aos «laranjas» que «resolvam com urgência os seus problemas» em nome da saúde do sistema democrático e de sublinhar que o PS «é hoje o único referencial de estabilidade na vida portuguesa».

O camarada Jorge Coelho anunciou ainda que o comício de encerramento da campanha eleitoral do partido terá lugar outra vez no Parque das Nações, só que num espaço muito maior: no Pavilhão Multiusos.

UMA CANDIDATURA VITORIOSA

No comício-festa do Parque das Nações, foram apresentados 36 elementos da lista do PS concorrente às eleições europeias de Junho. A lista é encabeçada por Mário Soares, seguindo-se os camaradas António José Se-

guro, Luís Marinho, Helena Torres Marques, Carlos Laje, António Campos, Sérgio Sousa Pinto, Maria Carrilho, Paulo Casaca, Carlos Candal, Elisa Damião, Joaquim Vairinhos, Manuel dos Santos, Joel Hasse Ferreira, António Reis, Rita Pestana, António Sa-

leiro, Conde Rodrigues, José António Canha, Mafalda Troncho, Orlando Mendes, Alexandre Chaves, Paula Lopes Garcia, João Palmeiro Novo, Alzira Serrasqueiro e Fernando Pereira Cabodeira. Num gesto simbólico, aceitaram tam-

bém integrar a lista europeia do PS figuras prestigiadas da cultura, do meio empresarial e da vida política portuguesa. A candidatura socialista contará com os nomes de Maria Calado, João Cutileiro, Graça Morais, Dias da Cunha, Rosalina Machado e Gomes Mota.



Mário Soares



António José Seguro



Luís Marinho



Helena Torres Marques



Carlos Laje



António Campos



Sérgio Sousa Pinto



Maria Carrilho



Paulo Casaca



Carlos Candal



Elisa Damião



Joaquim Vairinhos



Manuel dos Santos



Joel Hasse Ferreira



António Reis



Rita Pestana



António Saleiro



Conde Rodrigues



José António Canha



Mafalda Troncho



Orlando Mendes



Alexandre Chaves



Paula Lopes Garcia



João Palmeiro Novo



António Reis



Rita Pestana



Alzira Serrasqueiro



Fernando Pereira Cabodeira



PELO PAÍS

Governança Aberta

ADJUNTO

- A preservação do património arqueológico histórico-ambiental do Côa custa ao Governo 32 milhões de contos, afirmou, no dia 11, o ministro adjunto do primeiro-ministro, José Sócrates.



O governante falava na inauguração da Pousada da Juventude de Vila Nova de Foz Côa, cerimónia em estiveram também presentes o secretário de Estado adjunto do primeiro-ministro, António José Seguro, e o secretário de Estado da Juventude, Miguel Fontes.

Sócrates assinalou com regozijo o facto deste primeiro investimento ser dedicado à juventude portuguesa, uma vez que «foi ela que se bateu pelas gravuras de Foz Côa e merecia esta homenagem».

Questionado sobre o facto de investimentos no Côa serem ainda pouco visíveis, José Sócrates sublinhou que foi criado um parque, constituído um programa e que estão em curso investimentos na ordem de 20 milhões de contos em toda a área. O ministro adjunto do primeiro-ministro adiantou que estão também em curso projectos e concursos para aquela zona no valor de 12 milhões de contos, apontando como exemplo a criação de um museu, que está em andamento.

José Sócrates garantiu que este é um projecto «que não voltará mais atrás», daí o Governo ter decidido investir no Côa.

CIÊNCIA

- O ministro da Ciência e da Tecnologia, Mariano Gago, desafiou, no dia 9, em Lisboa, a banca a criar fundos de desenvolvimento científico e tecnológico acordados entre as instituições bancárias e o Estado. «Perante o amadurecimento, quer do sistema bancário quer do sistema científico e tecnológico e da sua capacidade de orientação internacional em matéria científica e tecnológica, há condições para a criação de tais fundos com a característica de capital de risco, capital-semente, ou mesmo de fundo de maneio das empresas», disse o ministro.

Mariano Gago defendeu, sobre a disponibilização destes capitais, que eles seriam emprestados em condições diferentes das que presidem ao processo hipotecário normal.

O ministro referiu, ainda, que o Estado as-

sumiria neste quadro um papel que poderia ser de garante e mesmo de suporte à formação dos técnicos da banca que avaliariam os projectos apresentados para financiamento.



O ministro falava na sessão de encerramento das Jornadas de Inovação, uma realização da Agência de Inovação (AI), que, salientou, «demonstraram que as universidades e as empresas têm de estar cada vez mais próximas, tal como a política científica e tecnológica têm de estar estreitamente ligadas».

COMÉRCIO

- O secretário de Estado do Comércio, Osvaldo de Castro, afirmou no dia 10, em Cantanhede, que o próximo Quadro Comunitário de Apoio (QCA) vai permitir ao Executivo socialista reforçar o apoio a este sector.



«Apesar de algumas apreensões, o Governo teve sucesso nas negociações, conseguindo um volume de fundos superior, em termos absolutos e percentuais, ao QCA anterior, o que garante condições reforçadas para apoiar o sector do comércio e indústria, na vertente interna e da internacionalização», disse Osvaldo de Castro.

Ao intervir na inauguração da Central de Distribuição Orima - na localidade de Corticeiro de Cima - o governante considerou que esta é uma das empresas comerciais portuguesas capazes de se ex-

pandirem para os mercados estrangeiros. «O Governo tem dado e vai reforçar as condições para uma melhor internacionalização das empresas do comércio», acrescentou. Osvaldo de Castro referiu ainda que a actividade comercial tem registado «um crescimento muito maior do que a economia» e adiantou que o sector representa 17 por cento do PIB (Produto Interno Bruto), além de ter um peso significativo na criação de emprego.

COMUNIDADES

- O secretário de Estado das Comunidades, José Lello, distinguiu, no dia 10, em Lisboa, o programa «Clube da Amizade» da RDPI com a placa de honra da Medalha de Mérito das Comunidades Portuguesas, uma menção única no panorama radiofónico português.



A entrega foi feita no decorrer uma emissão especial que o «Clube da Amizade» realizou no passado sábado para assinalar as bodas de prata do canal.

O programa, realizado por Luís Sambado, contou com a participação de mais de 40 artistas e grupos musicais, convidados de diferentes áreas de intervenção e muitos amigos, num total que ultrapassou as cem individualidades.

O «Clube da Amizade» foi criado há 25 anos por Telvina Lopes de Almeida, uma das primeiras deputadas do PS pelos círculos da Emigração.

CULTURA

- O ministro da Cultura deslocou-se, no dia 13, ao Alentejo, para anunciar um pacote de investimentos em infra-estruturas culturais no valor de um milhão e 500 mil contos, abrangendo os municípios de Beja, Évora, Portalegre e Mértola.

A visita de Manuel Maria Carrilho insere-se no âmbito da recente criação da Rede Nacional de Teatros e Cine-Teatros e Rede Municipal de Espaços Culturais, dois projectos anunciados em Março passado que visam dotar até ao ano de 2003 as capitais de distrito e principais municípios de recintos culturais equipados para acolher espectáculos de teatro, música e dança. A acção conta com o apoio mecenático da Tabaqueira, orçado em um milhão e meio de contos.



Os dois programas desenvolvem-se em paralelo e as iniciativas que deles decorrem serão formalizadas nos próximos meses nas várias regiões do País. Depois do Alentejo seguir-se-á o Centro do País, o Norte e o Algarve.

DESENVOLVIMENTO RURAL

- O secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, Vitor Barros, anunciou, no dia 9, em Ribeira de Pena, Vila Real, que a nova Lei de Bases dos Sapadores Florestais foi aprovada na última reunião de secretários de Estado.

Segundo Vitor Barros, esta decisão permitirá que se comecem «a limpar as matas, através de brigadas compostas por quatro ou cinco pessoas, com um jipe, um depósito de água e diversas ferramentas». «As pessoas que vão constituir as brigadas serão formadas na área da silvicultura, mas terão também conhecimentos na área dos incêndios», acrescentou.

Segundo o governante, «é fundamental que estas brigadas funcionem desde que termina a época de incêndios na limpeza das matas, por forma a haver pouca biomassa quando começar a época seguinte e assim reduzir o risco de deflagração de fogo». O secretário de Estado referiu que o Ministério da Agricultura pretende arrancar ainda este ano, de uma forma experimental, com cerca de 30 a 40 equipas, em todo o País.

«Todo o material será fornecido pelo Estado e será protocolado com as associações, as autarquias ou as direcções dos parques», concluiu Vitor Barros.

INSERÇÃO SOCIAL

- O Governo vai lançar, no segundo semestre de 1999, uma campanha a favor das pessoas deficientes, que incluirá a criação de uma quota na Função Pública, anunciou, na passada quinta-feira, dia 8, em Santo Tirso, o secretário de Estado da Inserção Social.

Rui Cunha, que falava no lançamento da primeira pedra do Centro Comunitário do Projecto Santo Tirso, referiu que a campanha visa mostrar à comunidade que as pessoas deficientes são «altamente rentáveis», estando para tal prevista a divulgação de exemplos de casos de inserção no mercado de trabalho.

PELO PAÍS

Governança Aberta

Além da criação de uma quota para deficientes na Função Pública, o Executivo socialista pretende ainda propor a revisão da actual legislação sobre o assunto, que tem mais de dez anos.



O secretário de Estado adiantou ainda que o Governo pretende apoiar a construção, de raiz ou em espaços a recuperar, de cerca de 50 centros de acolhimento para crianças em risco.

Os centros funcionarão em regime de acolhimento temporário com alta rotatividade, procurando encontrar colocação para as crianças.

Referindo-se ao centro comunitário que lançou em Santo Tirso, que será gerido pela Misericórdia local, Rui Cunha adiantou que existem em Portugal 170 instituições semelhantes em vias de conclusão, todas apoiadas pelo Estado.

O centro comunitário foi apoiado em 25 por cento pelo PIDDAC e em 75 por cento pelo FEDER, sendo a sua conclusão importante para dinamizar a zona poente da cidade.

A Câmara de Santo Tirso pretende expandir a cidade para essa zona, onde se situa a antiga Quinta do Geão, através da construção de vários equipamentos culturais e sociais, como uma biblioteca municipal.

QUALIDADE ALIMENTAR

O secretário de Estado da Qualidade Alimentar, Luís Vieira, afirmou, no dia 11, em Vila do Conde, que o Governo está a estudar a possibilidade de definir um resgate de quotas leiteiras «a partir do ano 2000». «É uma questão que está a ser equacionada, mas é necessário realizar um estudo aprofundado das zonas mais críticas para que não haja um abandono completo da produção nas áreas mais desertas», frisou.

Luís Vieira, que falava aos jornalistas à margem da sessão solene comemorativa do 50º aniversário da AGROS, salientou que a questão do resgate de quotas leiteiras foi apresentada por Portugal no âmbito das negociações da reforma da Política Agrícola Comum (PAC), mas «não foi considerada».

O resgate de quotas leiteiras concretiza-se na cessação voluntária da actividade dos pequenos produtores de leite, cuja sobrevivência no sector é dificultada por

questões de quantidade e de qualidade da sua produção.

Para o secretário de Estado, trata-se de uma medida que «permitirá reestruturar o sector leiteiro», já que indemnizará os produtores com poucas capacidades e facilitará a recolha aos compradores de leite. Apesar dos estudos ainda não estarem concluídos, Luís Vieira admitiu que, se estiver em causa o resgate de 70 a 100 mil toneladas, o Executivo poderá disponibilizar cerca de um milhão de contos para indemnizações no período de resgate, que poderá ser de três a cinco anos. De qualquer forma, «só depois de sabermos exactamente as quantidades a resgatar é que podemos ter uma ideia mais precisa dos montantes envolvidos», precisou.

SAÚDE

Um centro de atendimento a toxicodependentes (CAT), que funciona há duas semanas em Peniche, foi no dia 9, inaugurado oficialmente pela Ministra da Saúde, Maria de Belém.



Actualmente o CAT dispõe de um clínico geral, que ali vai duas tardes por semana, e ainda de dois psicólogos e duas assistentes sociais.

A falta de enfermeiros tem impedido, até agora, os tratamentos de substituição com metadona, mas Maria de Belém prometeu que este problema de falta de pessoal vai ser resolvido «o mais rapidamente possível».

O CAT de Peniche, um concelho com 24 mil habitantes e cerca de mil toxicodependentes, vai dar apoio também aos concelhos vizinhos das Caldas, de Óbidos e do Bombarral, onde o problema da toxicodependência assume menores proporções.

Anteriormente o centro de atendimento mais próximo era o de Leiria pelo que a actual proximidade entre o CAT e a população de Peniche «vai ser muito benéfica», sublinhou o coordenador do centro, Luís Fonseca.

O ministro José Sócrates, que acompanhava a ministra da Saúde, recordou que «o Governo está a desenvolver uma estratégia nacional de combate à droga» e anunciou que em breve vai entrar em funcionamento um sistema nacional de informação sobre drogas.

CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 6 de Abril

O Conselho de Ministros aprovou:

- Uma proposta de lei que aprova o Estatuto do Notariado;
- Uma proposta de lei que autoriza o Governo a aprovar o Estatuto da Ordem dos Notários;
- Uma proposta de lei que autoriza o Governo a aprovar o Estatuto Disciplinar dos Notários enquanto oficiais públicos;
- Um decreto-lei que extingue a JAE Construção e cria em substituição o Instituto de Estradas de Portugal, IEP, o Instituto para a Construção Rodoviária - ICOR e o Instituto para a Conservação e Exploração da Rede Rodoviária - ICERR;
- Uma resolução que aprova as minutas do contrato de investimento e respectivos anexos a celebrar entre o Estado Português e a COLEP Portugal - Embalagens, Produtos, Enchimentos e Equipamento, SA;
- Uma resolução relativa à ajuda humanitária de emergência aos refugiados do Kosovo;
- Um decreto-lei que designa a entidade nacional competente para a elaboração do relatório previsto nos termos do artigo 8º do Regulamento (CE) n.º 2064/97, de 15 de Outubro, bem como fixar as regras e os procedimentos a observar internamente para a emissão do referido relatório e da declaração que garante o cumprimento dos requisitos mínimos que o sistema de gestão e controlo do QCA deve respeitar, anunciados no citado regulamento;
- Um decreto-lei que estabelece o novo regime de cobrança de dívidas às instituições e serviços integrados no Serviço Nacional de Saúde;
- Uma resolução que cria o Plano Operacional de Combate ao Jogo Ilegal (POCJI);
- Um decreto regulamentar que define as regras que permitem a execução da Lei n.º 20/97, de 19 de Junho, relativamente aos subscritores, aposentados, reformados e pensionistas da Caixa Geral de Aposentações;
- Um decreto-lei que altera as taxas dos elementos específico e ad valorem e a taxa reduzida do elemento específico do imposto de consumo relativo aos cigarros;
- Um proposta de lei que aprova o Regulamento Disciplinar da Guarda Nacional Republicana (GNR);
- Um decreto-lei que altera o diploma que aprova o Estatuto dos Militares da Guarda Nacional Republicana;
- Um decreto-lei que transpõe para a legislação nacional a directiva comunitária relativa à harmonização das principais disposições aplicáveis aos seguros de créditos à exportação para operações de cobertura a médio e longo prazo;
- Um decreto-lei que aprova a nova Lei Orgânica da Secretaria-Geral do Ministério da Cultura;
- Um decreto-lei que cria e regula o sistema de acreditação dos cursos de formação inicial de educadores de infância e professores da educação básica e do ensino secundário;
- Um decreto-lei que estabelece as normas relativas ao fabrico, autorização de introdução no mercado, armazenamento, transporte, comercialização e utilização de produtos de uso veterinário;
- Um decreto que sujeita a servidão militar as instalações do prédio militar n.º 42, do Conselho de Ponta Delgada, designado Quartel de São Gonçalo;
- Um resolução que ratifica o estabelecimento de medidas preventivas para a área de intervenção do futuro Plano de Urbanização de Tabuaço e a suspensão parcial do Plano Director Municipal de Tabuaço;
- Uma resolução que extingue o Comissariado da Exposição Internacional de Lisboa - Expo'98.



DESTAQUE – CM

Serviço Nacional de Saúde

NOVO REGIME DE COBRANÇA

O novo regime de cobrança de dívidas hospitalares às instituições e serviços integrados no Serviço Nacional de Saúde foi aprovado, no passado dia 6, em reunião de Conselho de Ministros.

Este diploma tem por objectivos tornar mais eficaz tal cobrança, criando condições para que seja reduzido o número de pagamentos forçados e consequente recurso aos tribunais.

O decreto-lei n.º 194/92, de 8 de Setembro veio atribuir a natureza de título executivo às certidões de dívidas emitidas pelos hospitais, solução que se tem vindo a revelar inadequada, já que não permitiu conferir uma maior celeridade aos procedimentos judiciais de execução das dívidas hospitalares.

Com efeito, na generalidade dos casos, a existência do crédito reclamado judicialmente e a verdadeira identidade do devedor têm sido discutidas em sede de embargos à execução, ou seja, seguindo a tramitação de uma acção declarativa.

Por outro lado, a existência de uma acção executiva sem que se tivesse a ne-



cessária certeza quanto à identidade do devedor gerou a necessidade de estabelecer um conjunto de regras complexas para determinar a legitimidade passiva na referida acção executiva que na prática judiciária se revelaram de difícil

aplicação e acabaram por justificar abundante jurisprudência.

Neste contexto, optou-se por se consagrar de novo, e como regra geral, a acção declarativa, com algumas especialidades. Afigurou-se igualmente conveni-

ente estabelecer uma regra sobre formulação de pedido em processo penal, com o dever de notificação oficiosa, para que as instituições e serviços integrados no Serviço Nacional de Saúde possam reclamar os seus créditos, concretizando assim o princípio da economia processual.

Consagram-se ainda formas consensuais de resolução dos litígios inerentes à cobrança das dívidas das entidades seguradoras com o duplo objectivo de as tornar mais eficientes e simultaneamente diminuir o número de litígios pendentes nas instâncias judiciais. Neste sentido, estabelece-se uma permissão genérica de recurso à arbitragem e admite-se a institucionalização desta forma de resolução de conflitos.

Com o objectivo de tornar mais célere o pagamento das dívidas às instituições e serviços integrados no Serviço Nacional de Saúde, estabelecem-se regras especiais no âmbito dos acidentes de viação abrangidos pelo seguro de responsabilidade civil automóvel, independentemente do apuramento de responsabilidade.

DESTAQUE – CM

Quadro-Base

ESTATUTO DO NOTARIADO: DESFUNCIONALIZAÇÃO

O Conselho de Ministros aprovou, no dia 6, uma proposta de lei que aprova o Estatuto do Notariado.

Este diploma, que constitui o quadro-base estruturador da liberalização do notariado, vem desfuncionalizar esta actividade, instituindo um notariado liberalizado.

Adoptou-se como modelo, na elaboração da reforma, o sistema do notariado latino, não somente por ter sido este o que mereceu o acolhimento da generalidade dos notários e da sua associação, mas também por ser o que vigora nos países membros da União Europeia, cujos ordenamentos têm como matriz o sistema romano-germânico.

Trata-se de um processo complexo e inovador, gerador de naturais perturbações no seio do sistema em vigor, optou-se pelo estabelecimento de um período transitório para a sua conclusão, de passagem do actual sistema de notariado, de natureza pública, para o sistema de exercício privado da profissão de notário.

Durante o referido período transitório coexistirão dois sistemas distintos de notariado: o actualmente existente, em que o notário é funcionário público, e o novo, em que passará a ser simultaneamente profissional liberal e oficial público.

Na mesma reunião do executivo socialista outros dois diplomas tiveram aprovação. O primeiro consiste numa proposta de lei que autoriza o Governo a aprovar o Estatuto da Ordem dos Notários, visa possibilitar a constituição de uma associação pública dos referidos profissionais, denominada Ordem, dando carta branca ao respectivo estatuto, que contempla os diferentes aspectos relativos a este tipo de organização socioprofissional.

O segundo, a proposta de lei que autoriza o Executivo a aprovar o Estatuto Disciplinar dos Notários que reveste o notário de uma dupla qualidade de profissional liberal e oficial público, devendo, neste contexto, ficar sujeito a duas jurisdições disciplinares: à do ministro da Justiça e do director-geral dos Registos e do Notariado, quanto às infracções decorrentes da violação de algum dos deveres inerentes ao exercício da fé pública notarial; e à da Ordem dos Notários, quanto às faltas resultantes da quebra de algum dos deveres consagrados no estatuto da referida associação pública ou nos regulamentos internos desta.

Este diploma vem criar o instrumento legal adequado à efectivação da responsabilidade disciplinar dos notários, enquanto oficiais públicos.

DESTAQUE – CM

Plano Operacional de Combate

BRAÇO-DE-FERRO CONTRA JOGO ILEGAL

O Governo socialista deu luz verde ao Plano Operacional de Combate ao Jogo Ilegal (POCJI), na reunião de Conselho de Ministros realizada na passada terça-feira, dia 6, em Lisboa.

O desenvolvimento de cada vez mais complexas e diversificadas manifestações de jogo ilegal, e os efeitos sociais nefastos a este associado, fazem ressaltar de modo particularmente sensível, a necessidade de adaptação das estruturas e entidades envolvidas no combate ao jogo ilegal, seja ao nível das autoridades administrativas com competência para a aplicação de coimas, seja ao nível das autoridades policiais, na perspectiva do reforço da eficácia das medidas.

Neste contexto, afigurou-se indispensável a definição de instrumentos de colaboração envolvendo de forma integrada todas as entidades que estão directa ou indirectamente implicadas no combate ao jogo ilegal e clandestino, ao mesmo tempo que a especificidade do tema, aliada à dispersão da regulamentação por vários diplomas legais aconselham um acompanhamento particular por parte dos órgãos do Estado, bem como a reflexão, em profundidade, sobre as diversas vertentes do regime jurídico a que está sujeita a exploração do jogo a dinheiro em Portugal.

Este diploma vem estabelecer os mecanismos adequados à natureza e relevância do

combate ao jogo ilegal, seja através de medidas preventivas, seja através da melhoria da operacionalidade dos respectivos instrumentos sancionatórios, seja mediante a reflexão sobre o respectivo regime legal, procurando ainda um maior envolvimento e sensibilização dos restantes agentes do processo e da população em geral, para a importância social do fenómeno.

O POCJI envolve a execução de uma série de medidas em duas áreas fundamentais. Na área da prevenção prevê-se o desenvolvimento de acções de sensibilização junto das diversas entidades envolvidas no problema do jogo ilegal; a implementação de um programa de sensibilização e formação específica das autoridades com competência sancionatória sobre a matéria; e o estudo de eventuais alterações legislativas, no sentido da adopção de medidas desincentivadoras da prática do jogo ilegal. Por outro lado, na área do reforço da eficácia das medidas repressivas do jogo ilegal estipula-se a criação de equipas multisectoriais de investigação, designadas por equipas especiais de investigação; a implementação de centros de controle e depósito de material apreendido; e a apresentação de propostas tendo em vista a melhoria da eficácia dos instrumentos utilizados no combate ao jogo ilegal, ou a criação de outros que se revelem necessários.

GOVERNO ASSUME UMA POLÍTICA EXTERNA DIGNA DA HISTÓRIA DE PORTUGAL

O primeiro-ministro esteve quinta-feira na Assembleia da República, onde já se deslocou por 44 vezes desde que tomou posse nas suas actuais funções. Em debate, estiveram principalmente os temas de Timor-Leste, das negociações da Agenda 2000 e da recente intervenção da Aliança Atlântica na Jugoslávia. Nestes três assuntos, António Guterres frisou que só existiam dois caminhos possíveis para a diplomacia portuguesa: ou optar por uma política externa digna da sua longa história; ou seguir uma política externa à escala da pequena dimensão do país, numa lógica de curto prazo, mesquinha e provinciana. O Governo escolheu a primeira via.

«T er uma política digna da nossa História não se compadece com a defesa estrita dos nossos interesses numa perspectiva de curto prazo. Exige, sim, uma visão estratégica e uma forte ambição», sublinhou o chefe do Governo logo no início da sua intervenção na Assembleia da República. Para tornar possível alcançar o objectivo de o país possuir uma visão estratégica e uma forte ambição no mundo, António Guterres disse ser necessário «participar activamente na construção da unidade política, económica e social da Europa», bem como «intervir na solução dos problemas mundiais, em nome de valores universalistas da nossa identidade». Tudo, acrescentou, «sem a megalomania dos que não reconhecem as suas limitações, mas sem o provincianismo ou a mesquinhez de quem se resigna a uma qualquer mediocridade». Definidos os princípios que enquadram a política externa portuguesa, o primeiro-ministro referiu-se depois ao modo como o país actua nas organizações internacionais em que se encontra directamente envolvido. No caso da NATO, deixou bem claro que Portugal não apenas pretende garantir a sua defesa, «não se vendo hoje aliás contra quem». Pelo contrário, deseja «dar um contributo à criação de um verdadeiro anel de segurança que, a partir e a terminar no estreito de Bering, permita assegurar estabilidade e paz no hemisfério Norte. No que respeita à União Europeia, sublinhou que Portugal não entrou nesta comunidade «porque não tem alternativa no plano geo-económico, ou com o único fito de obter os fundos indispensáveis ao seu desenvolvimento. Portugal quer estar e está no centro do processo de construção europeia», afirmou.

Solidariedade com albaneses do Kosovo

Na sua intervenção no Parlamento, o pri-



meiro-ministro explicou em pormenor os motivos da participação portuguesa, no quadro da NATO, na acção militar na Jugoslávia. Começou por salientar o quanto lhe desagradava o uso da força, em qualquer circunstância.

Porém, no caso do recente conflito com o regime de Milosevic, «a real alternativa à intervenção militar da NATO era nada fazer e continuar a assistir dilaceradamente à limpeza étnica dos albaneses do Kosovo, tal como já tínhamos assistido dilaceradamente, no passado, aos massacres, às violações e aos mais graves crimes contra a humanidade na Bósnia», recordou. Lembrou, a seguir, as «infundáveis e múltiplas diligências que antecederam o fracasso dos acordos de paz de Rambouillet, que só os albaneses assinaram, perante a intransigência de Milosevic». «Por isso, foi por um imperativo moral e político, com preocupação e sem arrogância, com a vontade firme de tudo continuar a fazer para que o uso da força não seja um fim em si, mas obrigue a aceitar as condições políticas indispensáveis à defesa dos direitos elementares dos albaneses do Kosovo, que o Governo português, ouvidos mais do que uma vez o Conselho Superior de Defesa Nacional e as comissões parlamentares competentes, decidiu aprovar a participação de três F-16, destinados a missões de patrulhamento e escolta no quadro da intervenção militar aérea da Aliança Atlântica», justificou o primeiro-ministro.

Na sua opinião, «é o mesmo imperativo ético e moral e a mesma consciência do

dever que nos deve disponibilizar para prestar aos albaneses do Kosovo o apoio humanitário que esteja à medida das nossas capacidades».

Exigir forças da ONU em Timor-Leste

Por Portugal assumir este comportamento de preocupação face ao projecto de construção europeia e de participação activa nas principais questões que se colocam no mundo, António Guterres sustentou que, por essa razão, o País «tem autoridade moral acrescida para, em nome dos mesmos valores, exigir uma presença física permanente das Nações Unidas em Timor-Leste, capaz de pôr fim às permanentes violações dos direitos humanos e, sobretudo, às agressões e massacres hediondos de que os timorenses continuam a ser vítimas». Uma presença que, segundo o chefe do Governo, «permita uma transição estável e pacífica para o destino que, soberana e livremente, o povo timorense escolher para si próprio».

Perante a acusação do presidente da bancada do PSD, Marques Mendes, de que António Guterres pretendia fugir ao Parlamento, o primeiro-ministro respondeu com dados objectivos: enquanto, em quatro anos, Cavaco Silva apenas foi 19 vezes à Assembleia da República, ele já se tinha deslocado 44 vezes em pouco mais de três anos. A seguir, fez questão de observar que a grande ausência daquele debate era precisamente Durão Barroso, o único candidato existente à presidência do PSD.

Por duas vezes, o presidente do Grupo Parlamentar do PS, Francisco Assis, lembrou que Durão Barroso, quando o Parlamento discutiu a ratificação do Tratado de Amsterdão, em Janeiro passado, prognosticou um desastre para Portugal nas negociações da Agenda 2000, o que esteve longe de acontecer.

Já para o líder da bancada do PSD, Francisco Assis comentou com ironia o seu percurso político de apoiar todos os presidentes do partido, qualquer que seja a orientação política de cada um em cada momento. «Como ainda é muito jovem, ainda terá uma longa carreira para defender todos os líderes do PSD que aí vêm. E, se porventura, o PSD não eleger Durão Barroso (no próximo congresso), Marques Mendes estará no Parlamento a defender um outro líder com a mesma convicção», acrescentou o líder do Grupo Parlamentar socialista.

Momentos antes, igualmente em resposta aos ataques do PSD sobre a alegada crise no sector da Justiça, o primeiro-ministro lembrou que o seu Governo «tem exercido as suas competências de forma total» neste domínio, recordando, para o efeito, a herança do PSD em termos de sistema prisional, que se encontrava em 1995 à beira de um verdadeira catástrofe humanitária.

Por outro lado, António Guterres realçou a forma como se tem processado o diálogo com as magistraturas, não mais sendo hoje entendidas (como acontecia nos tempos de Cavaco) como forças de bloqueio.

ANTÓNIO GUTERRES

Discurso na AR

FAZER TRIUNFAR OS VALORES DO ILUMINISMO

Portugal pode ter ou uma política externa à escala da sua dimensão ou uma política externa digna da sua história.

O Governo opta decididamente pela segunda. No que creê ser acompanhado pela vontade deste Parlamento.

Ter uma política externa digna da nossa história não se compadece com a defesa estrita dos nossos interesses numa perspectiva de curto prazo.

Exige, sim, uma estratégia e uma forte ambição. As de participar activamente na construção da unidade política, económica e social da Europa e de intervir na solução dos problemas mundiais, em nome dos valores universalistas da nossa identidade. Sem a megalomania dos que não reconhecem as suas limitações, mas sem o provincianismo ou a mesquinhez de quem se resigna a uma qualquer mediocridade.

É nestes termos que concebo a presença de Portugal na União Europeia e nas diversas instituições euro-atlânticas. Com o mesmo entusiasmo com que nos empenhámos na construção da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, com que apoiamos a paz e o respeito dos direitos dos homens e dos povos na Guiné-Bissau, em Angola, ou em Timor-Leste. Mas sem esquecer que os princípios que defendemos para os nossos irmãos devem ter aplicação universal.

Portugal não está na NATO ou no Conselho de Parceria Euro-atlântico apenas para garantir a sua defesa, não se vendo hoje aliás contra quem, mas para dar um contributo à criação de um verdadeiro anel de segurança que, do estreito de Bering ao estreito de Bering, permita assegurar estabilidade e paz no hemisfério Norte.

Portugal não está na União Europeia só porque não tem alternativa no plano geoeconómico ou com o único fito de obter os fundos indispensáveis ao seu desenvolvimento.

Portugal quer estar e está no centro do processo de construção europeia.

Somos fundadores da moeda única; batemo-nos pela Europa social e do emprego; integramos a zona de Schengen; lutamos pelo aprofundamento da união política, quer no impulso para a criação de um espaço de segurança, liberdade e justiça quer na edificação de uma verdadeira política externa e de segurança comum e no reforço da identidade europeia de segurança e defesa, como pilar europeu forte da Aliança.

A Europa por que nos batemos não é uma simples zona de comércio livre, um mercado único ou um espaço monetário. Será uma Europa capaz de falar a uma só voz nas grandes questões que o mundo enfrenta, será um factor decisivo da nova arquitectura desejável para as relações internacionais, elemento indispensável para



um novo equilíbrio a construir. Na Europa não há tema que nos seja alheio. A diplomacia portuguesa tem instruções para intervir construtivamente sobre todas as matérias. O Governo português, eu próprio, nos Conselhos Europeus, estamos activos em todos os domínios, lançando iniciativas, promovendo consensos, propondo perspectivas e dinâmicas europeias capazes de se sobreporem ao recrudescimento dos egoísmos nacionais, a que o fim da guerra-fria tem sido propício.

É por isso que somos respeitados, é por isso que a nossa voz é ouvida com atenção, foi só isso que conseguimos concluir com êxito, apesar das dificuldades por muitos julgadas intransponíveis, a negociação da Agenda 2000.

Se, no período 2000 a 2006, já depois da vigência deste Governo, Portugal vai receber em média anual e em termos reais um pouco mais do que tem vindo a receber no passado recente. Se aumentámos, mesmo, ainda que marginalmente, a nossa participação no total dos fundos estruturais, foi porque defendemos o caso português numa perspectiva europeia, foi porque nunca nos deixámos acantonar ou

cercar na defesa estrita dos nossos interesses próprios, que seria fatal para uma posição portuguesa que parecia à partida quase desesperada.

Dos países ricos, uns, os grandes contribuintes líquidos, exigiam uma diminuição do seu esforço. Os outros recusavam-se a compensá-la. O resultado era uma fortíssima tenaz aplicada com o objectivo de reduzir os fundos estruturais e de reorientar parcialmente a sua distribuição em favor das zonas pobres dos países mais desenvolvidos, com relevo para a Alemanha de Leste.

Quando cheguei à Cimeira de Petersberg, um mês antes de Berlim, a proposta que a presidência alemã punha em cima da mesa traduzia-se numa redução de 40 por cento no apoio estrutural a Portugal. Era preciso inverter a lógica da negociação. Coube-nos então liderar a indispensável alternativa.

A nossa posição negocial era particularmente débil por três razões essenciais: Em primeiro lugar, porque a Região de Lisboa e Vale do Tejo, de acordo com as normas confirmadas no regulamento do Conselho de 1993, tinha deixado de ser elegível para o chamado Objectivo 1 dos

fundos estruturais. Este é o objectivo que se aplica às regiões mais pobres e representa de longe o maior envelope financeiro. Portugal estava, assim, condenado à partida a perder, com maior ou menor rapidez, a ajuda a uma área com cerca de 1/3 da sua população e mais do que 40 por cento da sua produção de riqueza, perda essa que parecia impossível de compensar.

Em segundo lugar, porque a Comissão Europeia que, ao fim de um ano de laboriosas negociações com Portugal, tinha adoptado uma posição conforme aos nossos interesses, se encontrava, pelas razões que são conhecidas, profundamente enfraquecida no momento da decisão final. Quero aqui, no entanto, deixar uma palavra de grande apreço à Comissário Wulf-Mathies, que soube, de forma exemplar, compreender os nossos problemas e bater-se pela sua solução em termos de justiça e equidade.

Finalmente, porque um eventual veto português à Agenda 2000 era uma arma que só poderíamos usar temporariamente e, mesmo assim, com elevadíssimos custos políticos. Se fosse levado até ao fim

Continua na página seguinte

Continuação

far-nos-ia perder, na hipótese mais provável, até cerca de metade dos apoios que conquistámos. Perante estas debilidades escolhemos a estratégia de jogar tudo por tudo na última ronda negocial global, em Berlim, durante a presidência alemã, país-chave para a viabilidade de um novo compromisso Norte/Sul. Por isso impedimos até lá, Cimeira após Cimeira, todos os compromissos parciais, sempre limitadores da nossa margem de manobra. Por isso multiplicámos iniciativas e propostas que criassem um ambiente favorável por parte da Presidência e de todos os Estados-membros à solução justa que defendíamos. Por isso agimos em Berlim, após termos garantida a defesa dos nossos interesses, em diálogo com a Presidência e a Comissão, no sentido de promover os consensos indispensáveis para evitar que outros rompêssem o compromisso e Berlim fosse um fracasso, em meu entender, irrecuperável para Portugal.

Liderança do combate pelo emprego na UE

Soubemos defender os interesses legítimos dos outros, para que outros se sentissem obrigados a compreender os nossos. Por exemplo, ao assumirmos a liderança do combate pelo emprego na Europa garantimos, ao contrário do que alguns disseram em Portugal, a autoridade indispensável para fazer triunfar o princípio da coesão económica e social. O critério da prosperidade nacional, como era simultaneamente justo e conforme às nossas necessidades, foi assim transformado no factor mais decisivo da distribuição de fundos entre as regiões dos diversos países. Sem isso, Portugal teria suportado uma profunda perda. O resto da história é conhecido. Intermináveis negociações com a Comissão e a Presidência, cujo sentido europeu quero aqui homenagear, contactos permanentes a todos os níveis com os diversos Estados-membros, para os sensibilizar para a necessidade de reconhecer, sempre integrado numa perspectiva europeia, o carácter específico do problema português. Um número infido de participações em Conselhos Europeus, em Conselhos de Ministros, em reuniões técnicas e diplomáticas, cumprindo-me aqui agradecer a dedicação infatigável dos meus colegas de Governo, dos diplomatas e técnicos portugueses, bem como o papel dos parceiros sociais e de diversos elementos dos partidos da oposição na criação de uma clima favorável a Portugal em todas as instâncias.

A tudo isto se acrescentou um Pacote Agrícola que, não invalidando uma herança pesada de desadequação da PAC a Portugal, permitiu melhorar significativamente a nossa posição, resolver diversos problemas concretos e abrir caminho à negociação dum reequilíbrio das verbas do desenvolvimento rural a nosso favor, como o Conselho Europeu expressamente determinou.

Portugal não será mais, nunca mais espero eu, um contribuinte líquido para a Política Agrícola Comum. É um escândalo

que termina.

O êxito das negociações da Agenda 2000 não é, no entanto, independente da postura global da política externa portuguesa. Não podemos exigir a solidariedade dos outros para connosco e negar essa solidariedade quando outros de nós necessitam.

O papel activo e relevante das forças portuguesas na Bósnia foi um factor decisivo para a nossa credibilidade como parceiro da construção europeia. Bem como para o assinalável êxito diplomático alcançado na distribuição dos Comandos da NATO. A solidariedade com os aliados e, sobretudo, com os albaneses do Kosovo, vítimas de opressão e de uma limpeza étnica incompatível com a nossa civilização, é agora factor da mesma credibilidade.

Ninguém gosta do uso da força. Eu também não.

Sejamos claros. Em verdade a alternativa real à intervenção militar da NATO era nada fazer e continuar a assistir dilaceradamente à limpeza étnica dos albaneses do Kosovo, tal como já tínhamos assistido dilaceradamente, no passado, aos massacres, às violações e aos mais graves crimes contra a humanidade, na Bósnia, antes da intervenção da Aliança.

Alternativa diplomática consistente já verdadeiramente não havia, depois das infundáveis e múltiplas diligências que antecederam o fracasso dos acordos de paz de Rambouillet, que só os albaneses assinaram, perante a intransigência de

Milosevic, prolongada meses e meses a fio. Da mesma forma as sanções económicas tinham demonstrado a sua total inoperância.

Foi por isso por um imperativo moral e político, com preocupação e sem arrogância, com a vontade firme de tudo continuar a fazer para que o uso da força não seja um fim em si, mas obrigue sim a aceitar as condições políticas indispensáveis à defesa dos direitos elementares dos albaneses do Kosovo, que o Governo português, ouvidos mais do que uma vez o Conselho Superior de Defesa Nacional e as Comissões Parlamentares competentes, decidiui aprovar a participação de três F-16, destinados a missões de patrulhamento e escolta, no quadro da intervenção militar aérea da Aliança.

É o mesmo imperativo moral e a mesma consciência do dever que nos devem disponibilizar para prestar aos albaneses do Kosovo o apoio humanitário que esteja à medida das nossas capacidades. Este é, aliás, o momento histórico que apela à reflexão dos povos e dos responsáveis políticos sobre a forma de evitar as catástrofes humanitárias que brotam como cogumelos num mundo onde os homens parecem perder a razão.

Porque o que está em jogo verdadeiramente em tantos focos de incêndio é fazer triunfar os valores do iluminismo de que somos herdeiros, contra a irracionalidade dos nacionalistas violentos, dos fundamentalistas religiosos, do racismo e da xenofobia. Focos que se concentram perigosamente, aliás, na li-

nha de contactos entre as civilizações islâmicas e judaico-cristã, da Ásia Central ao estreito de Gibraltar, passando pelo Médio Oriente e pelos Balcãs. É necessário que essa linha de contacto não se transforme numa linha de confronto entre as duas civilizações, mas dos dois lados dessa linha se saibam unir aos que aderem ao primado da razão.

Talvez por isso tenha um importante simbolismo que as forças da NATO procurem hoje proteger os albaneses muçulmanos do Kosovo.

Também por isso temos uma autoridade moral acrescida para, em nome dos mesmos valores, exigir uma presença física permanente das Nações Unidas em Timor-Leste, capaz de pôr fim às permanentes violações dos direitos humanos e, sobretudo, às agressões e massacres hediondos de que os timorenses continuam a ser vítimas.

Uma presença que permita uma transição estável e pacífica para o destino que soberana e livremente o povo timorense escolher para si próprio.

Estou à disposição da Assembleia para esclarecer todas as diligências levadas a cabo nos últimos dias nesse sentido. Peço a todas as forças políticas e às organizações da sociedade civil com influência internacional que se juntem ao senhor Presidente da República, ao Parlamento e a nós próprios, nesta exigência inteiramente justificada.

Intervenção do primeiro-ministro na Assembleia da República, no passado dia 8 de Abril
Substituto da responsabilidade da Redacção



DEPUTADO FERNANDO JESUS

Investimentos

PSD ESPECIALIZOU-SE NA PROPAGANDA DA MENTIRA



A recente visita que os deputados do PS do círculo eleitoral do Porto efectuaram ao concelho de Vila Nova de Gaia para tomarem contacto, no terreno, com o in-

vestimento público que ali está a ser realizado foi o mote para a intervenção do deputado socialista Fernando Jesus, no dia 31 de Março, na Assembleia da República.

Visita que, lembrou, ocorreu pouco tempo depois de alguns deputados, especialmente do PSD, terem clamado pelos problemas daquele concelho e dias depois do partido laranja ter suscitado um debate de urgência, no decorrer do qual o ministro João Cravinho arrasou o PSD, pela comparação de obras públicas feitas pelo PSD no período 92/95 e pelo Governo PS no período de 96/99.

«É bom no entanto recordar que o PSD vem afirmando ao País, de uma forma sistemática, que este Governo não toma decisões, não governa, foge a tomada de decisões, não faz reformas», disse. «Nada mais falso, nada mais irresponsável», acrescentou.

De resto, frisou, «o PSD especializou-se na propaganda da mentira, da falsidade e da irresponsabilidade».

Depois, sinteticamente, Fernando Jesus

desmontou estes argumentos, enunciando várias medidas de fundo do Governo desde o rendimento mínimo garantido, ao cumprimento da Lei de Bases da Segurança Social e do reforço das finanças locais, até à recuperação de empresas e às alterações profundas na rede pré-escolar, passando pela introdução do princípio do maior aumento para as pensões mais baixas.

Tudo isto, num clima de expansão económica com a consequente diminuição do desemprego.

«Tudo isto acontece em Portugal mas o PSD não vê, não observa, encontra-se noutro planeta. Continua a dizer que o Governo não governa», disse, acrescentando que «já não há nada a fazer deste PSD».

Reportando-se ao caso concreto de Vila Nova de Gaia, Fernando Jesus salientou que este concelho «tem obras que já arrancaram ou estão a arrancar, no valor de 22 milhões de contos».

Virando-se para a bancada laranja perguntou: «Digam-me a época em que Vila Nova de Gaia tenha tido um volume de investimentos públicos tão grande como actualmente.»

Perante o silêncio aterrador da bancada laranja que não conseguia esconder o seu incómodo por ter sido desmascarada toda a sua propaganda assente na mentira, Fernando Jesus concluiu com esta frase algo violenta mas necessária: «Tenham vergonha.»

J. C. CASTELO BRANCO

AGENDA PARLAMENTAR

Quinta-feira, dia 15

Hoje, pelas 15 horas, o Parlamento reunirá para uma interpelação ao Governo da iniciativa do PCP centrada nas questões relacionadas com a Justiça. As votações regimentais serão, como habitualmente, por volta das 18 horas.

Sexta-feira, dia 16

Amanhã, os deputados estudarão dez propostas de resolução governamentais.

A primeira aprova, para ratificação, o tratado de auxílio judiciário mútuo em matéria penal entre Portugal e o México.

A segunda proposta visa um outro tratado, desta feita o de extradição entre o nosso país e o Estado mexicano.

A convenção relativa à adesão da Áustria, Finlândia e Suécia à convenção sobre Lei Aplicável às Obrigações Contratuais está prevista num terceiro diploma a avaliar pelos partidos com assento parlamentar.

A quarta proposta de resolução aprova, para ratificação, a convenção referente à adesão dos três países já citados ao quadro normativo sobre Competência Judiciária e execução de Decisões em Matéria Civil e Comercial.

A decisão do Conselho de Governadores do Banco Europeu de Investimentos, no que diz respeito a um aumento de capital, e a adesão à Convenção Internacional para a Protecção dos Artistas Intérpretes ou Executantes dos produtores de programas e dos organismos de radiodifusão são matérias para a quinta e sexta proposta do Executivo socialista.

A sétima aprova o acordo de transporte aéreo entre Portugal e a África do Sul, enquanto a cooperação em transporte ferroviário internacional com a Rússia e sobre os serviços aéreos com o Vietname estão previstos no oitavo e nono diploma em discussão.

Para finalizar o debate, os deputados debruçar-se-ão sobre a proposta de resolução que aprova o protocolo de emendas entre o Governo da República Portuguesa e o Conselho Federal Suíço, relativo aos transportes internacionais de pessoas e mercadorias por estrada.

DEPUTADO MEDEIROS FERREIRA

Agenda 2000

CIMEIRA DE BERLIM: AVALIAÇÃO SERENA



Muito ficou por dizer a propósito dos resultados das negociações da Agenda 2000 na cimeira de Berlim, mas o deputado socialista Medeiros

Ferreira avançou, no passado dia 30 de Março, na Assembleia da República, com uma síntese.

«Agora o Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social tem os meios para os seus objectivos, pois até 2006 a Europa não nos faltará», disse Medeiros Ferreira, alertando desde já para o facto de quem «nem sempre será assim».

Ao estudar as conclusões da presidência alemã sobre o Conselho Europeu de Berlim, realizado nos dias 24 e 25 de Março, o parlamentar do PS não tem dúvidas em afirmar que o quadro resultantes das negociações é globalmente favorável a Portugal e os portugueses, excedendo mesmo as previsões mais optimistas nalguns pontos.

«Os resultados são, aliás, muito melhores a nível nacional do que nível europeu, e esta é já uma conclusão que aponta para a excelência do desempenho negocial do Governo presidido por António Guterres», referiu.

A título de esclarecimento, Medeiros Ferreira não hesitou em avançar com as cifras.

«A média anual de fundos comunitários para o nosso país passa de 637 para 656 milhões contos», revelou o deputado do GP/PS, acrescentando que a subida é ligeira mas significativa, atendendo ao facto de que em toda a União Europeia a ten-

dência é para a descida em termos de fundos estruturais.

Saudando a estratégia da equipa liderada pelo chefe do Executivo socialista, Medeiros Ferreira considerou que «a construção inteligente de um caso português nestas negociações teve logo a sua consagração na parte respeitante à PAC», uma vez que o Conselho Europeu reconheceu a especificidade da agricultura de Portugal e a necessidade de reforçar a apoio concedido à mesma através de medidas de desenvolvimento rural financiadas pelo FEOGA – Garantia.

O sucesso da negociação portuguesa é mais evidente quando salta à vista que os resultados dão uma resposta global positiva às exigências internas e externas de dois projectos de resolução da iniciativa de dois quadrantes ideológicos muito distintos: o PCP e a malograda AD de Marcello e Portas.

Quanto ao Fundo de Coesão, Medeiros Ferreira explicou que o Conselho Europeu decidiu mantê-lo para promover a coesão económica e social da União, bem como a solidariedade entre os Estados-membros.

«Caíram assim por terra as teses perversas que queriam penalizar os países da coesão que entraram por mérito próprio na zona euro como Portugal», disse o parlamentar, garantindo que esta foi uma vitória da «verdadeira ideia europeia de união político-económica».

«O Conselho Europeu de Berlim manteve o projecto da União Europeia como projecto político e económico», concluiu.

MARY RODRIGUES



DEPUTADO ANTÓNIO MARTINHO

Interprofissionalismo Florestal

APROFUNDAR OS PROCESSOS DE PARTICIPAÇÃO



O deputado do PS António Martinho disse no dia 31 de Março, na Assembleia da República, que «o sector florestal desempenha um papel importante no desenvolvimento do País, quer se tenha em consideração a área da floresta, o peso nas nossas exportações, os postos de trabalho envolvidos, bem como a própria distribuição porção elevado número de proprietários».

António Martinho falava durante o debate do projecto de lei do PS que estabelece as bases do Interprofissionalismo Florestal. O deputado do PS referiu que o diploma em discussão visa «criar condições para que se dê mais um passo no sentido de dar corpo à afirmação de que o sector florestal em Portugal é um sector estratégico, com especificidades que representam importantes vantagens comparativas e com um valor económico significativo no contexto nacional».

Com o projecto de lei do PS, salientou António Martinho, «cria-se um enquadramento institucional com o objectivo de garantir a aplicação de uma política de desenvolvimento sustentado, que faça

evoluir o sector para patamares de competitividade, de conservação dos recursos naturais e do ambiente».

Reforçar a competitividade

Segundo António Martinho, o projecto de lei em debate «responde cabalmente» aos objectivos integradores da política agrícola e de desenvolvimento rural do programa do Governo do PS e que são «valorizar e desenvolver a fileira florestal; reforçar a competitividade do sector nas suas vertentes da produção, transformação e comercialização; e aprofundar os processos de participação e parceria, simplificar circuitos e procedimentos e adoptar o quadro institucional em conformidade».

Relativamente ao projecto de lei do PSD sobre a mesma matéria, António Martinho disse que ele constitui um contributo significativo para eventual aprovação de uma Lei de Bases do Interprofissionalismo Florestal, mas ressaltou que o referido diploma se excede em «pormenores limitativos e demasiado condicionantes», uma vez que estabelece, à partida, as fileiras a criar, com uma designação «tecnicamente passível de contestação».

J. C. CASTELO BRANCO

DEPUTADO HENRIQUE NETO

Redução do preço da gasolina

ESCARAMUÇA PARTIDÁRIA DA OPOSIÇÃO



«O PCP e o CDS/PP acharam por bem apresentar nesta Câmara dois projectos de resolução relativamente ao imposto sobre os produtos petrolíferos que são reveladores da forma simplista e populista como a oposição entende a sua responsabilidade política.»

Foi com estas palavras que o deputado socialista Henrique Neto principiou a sua intervenção no plenário parlamentar que decorreu, no dia 31 de Março, na Assembleia da República, em torno de uma hipotética descida do preço da gasolina. Na opinião de Henrique Neto, os partidos da oposição perdem tempo ao afadigar-se na pretensão de que o PS e Governo socialista levem à prática políticas «ziguezagueantes» e «oportunistas».

«O PCP da mesma forma que o CDS/PP raramente reflectem nas suas propostas uma visão global dos problemas e nunca se dão ao trabalho de definir estratégias integradas, ficando-se pela pequena escaramuça partidária e iludindo os verdadeiros desafios que se colocam à governação do País», afirmou convicto.

Previendo um futuro negro para este tipo de postura política, Henrique Neto não hesitou chamar a atenção para o facto de que co-

munistas e «populares» «se limitam a elaborar um catálogo de questões avulsas, tratadas sem profundidade e com um único objectivo, o de colher possíveis dividendos em anos eleitorais».

Acusando frontalmente a oposição de não informar os portugueses e de fugir à responsabilidade de assumir as consequências das suas propostas eleitoralistas e populistas, o parlamentar do PS alertou para o facto de que um corte nos recursos nacionais que derivam do imposto sobre os produtos petrolíferos implicaria uma redução no financiamento da saúde, da educação e da habitação, por exemplo. Depois de confrontar as bancadas do PCP e do CDS/PP com quatro questões de fundo sobre a matéria em questão, Henrique Neto convidou a oposição a tentar adquirir uma visão global no quadro de uma política energética alternativa e a assumir uma estratégia clara, «que os portugueses possam compreender e julgar».

«O PS e o Governo, pela sua parte, assumem a suas responsabilidades perante o povo português e o futuro de Portugal, recusando a via da facilidade e do eleitoralismo, mesmo em ano de eleições, no sentido de garantir às gerações futuras uma parte mais justa dos recursos disponíveis», assegurou.

MARY RODRIGUES

DEPUTADA NATALINA MOURA

Ambiente

SALVAGUARDAR O PLANETA



A deputada socialista Natalina Moura considerou, no passado dia 31 Março, no Parlamento, que a proposta governamental em torno do novo regime de ava-

liação de impactes ambientais produz «um poderoso instrumento que permite orientar e reorientar a execução de várias componentes integrantes do sistema».

«A gestão ambiental passa necessária e irremediavelmente pelo processo de avaliação de impacte ambiental, processo multifacetado e multidisciplinar», disse. Neste contexto e segundo Natalina Moura, a iniciativa do Executivo socialista deve ter uma leitura que considere o diploma sobre o novo regime como mais um passo na defesa da imagem ambiental que se tem vindo a construir.

«Falhas e lacunas foram colmatadas, porém a solidez do edifício ainda não se atingiu», considerou, acrescentando que o instrumento em análise privilegia a participação do cidadão, não esquecendo nem alheando as formas de divulgação, acompanhamento e fiscalização do processo de avaliação de impacte ambiental.

No tocante à proposta de lei que elimina as dúvidas sobre uma desadequada transposição da directiva comunitária relativa à liberdade de acesso à informação em matéria de ambiente, Natalina Moura afirma convicta que «estamos perante um quadro de



reajustamento devidamente justificado e justificável, que vem permitir também alguns aperfeiçoamentos sugeridos pela Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos».

A deputada do PS não pôs de parte a hipótese de, em sede de especialidade, o diploma sofrer algumas alterações pertinentes.

«Ao concluir a sua intervenção a parlamentar socialista lembrou aquelas que considerou as palavras «sábias de um ilustre homem».

«Só temos um planeta. Se o desbaratarmos não teremos para onde ir», citou, evocando um senador americano, J. Bennett Johnston, representante do Estado da Luisiana no 100º Congresso da Comissão de Energia e Recursos Naturais realizado em 1988.

As propostas do Executivo liderado por António Guterres «apontam-nos um caminho que devemos trilhar com vista à salvaguarda do planeta», terminou.

MARY RODRIGUES

DEPUTADO EDUARDO PEREIRA

Guerra

CASTIGAR O DITADOR JUGOSLAVO



O deputado socialista Eduardo Pereira, membro do pequeno grupo de parlamentares da Assembleia da República, que a representam na Assembleia Parlamentar da NATO, fez uma intervenção no Parlamento em que começou por afirmar concordar com a decisão tomada pela NATO.

«Não podendo Portugal estar orgulhosamente só, de todas as vontades, de todos os agrupamentos, de todos os pactos ou alianças que pudésemos fazer, dos campos de luta que pudésemos escolher, os da União Europeia e da NATO são os mais adequados à nossa situação, são os que mais respondem aos nossos princípios, são os que melhor servem os interesses de Portugal e dos portugueses».

Para Eduardo Pereira, «voltar a actuar no Kosovo como se actuou na Bósnia, assistir às cenas, rever as imagens, enveredar pelos mesmos processos utilizados pelos

soldados das Nações Unidas na Bósnia, seria desprestigiante, degradante e nada resolvidora».

«Era urgente que a NATO actuasse», acrescentou.

Eduardo Pereira disse não ver na actualização da NATO «arrogância, desrespeito dos direitos do homem ou pela posição dos vários aliados, espírito belicista ou sanguinário».

Impedir o genocídio

«Quem, como nós, protesta contra o genocídio de Timor, sem meios para o impedir, não pode deixar de aceitar o castigo dos que o praticam na Europa», disse. O deputado do PS acrescentou que o castigo é praticado com uma finalidade: «Fazer compreender ao ditador jugoslavo que não conseguirá prolongar o genocídio e que é do interesse de todos os jugoslavos que os seus negociadores se sentem novamente à mesa das negociações.»

J. C. C. B.

PE

Luís Marinho quer

COMISSÃO EUROPEIA FORTE E DURÁVEL

O camarada Luís Marinho, vice-presidente do Parlamento Europeu (PE), defendeu recentemente que o candidato a presidente da Comissão Europeia deve ser apresentado pelo Conselho «num prazo razoável» e ainda que a próxima Comissão deve ser «forte e duradoura».

Luís Marinho falava no plenário de Bruxelas durante o debate sobre o relatório do «Comité de Peritos» sobre a gestão financeira da Comissão.

«Vivemos uma crise de autêntico crescimento onde as instituições mingam à medida que as tarefas aumentam e, por isso, só politicamente as instituições encontrarão uma saída, um norte. O que quer dizer que cabe aos responsáveis políticos, particularmente ao Conselho e ao Parlamento, agir rapidamente na solução da crise», disse.

O camarada Luís Marinho, líder dos socialistas portugueses no PE, considera ainda que o novo presidente deve «recolher toda a legitimidade democrática do Parlamento, condição indispensável para uma Comissão forte. E quem diz forte, diz durável e com futuro político».

Segundo o vice-presidente do PE, não é possível levar por diante as exigências de uma reforma e de um novo arranque das instituições se o estatuto da Comissão for «ad interim».

O camarada Luís Marinho salientou que «o Parlamento estará aberto a sanar depressa



sa uma crise que, a perdurar, só alimenta os inimigos da Europa e a vai enfraquecendo economicamente. Para isso terá de ser ouvido. Mas está disposto a acordar politicamente com o Conselho uma solução».

Considerou que a crise não tem o epicentro em Bruxelas, «mas em todas as capitais dos Quinze».

Acrescentou que «cabe ao Conselho, designadamente à presidência alemã, pôr as cartas na mesa e assumir também as suas responsabilidades. Nós estaremos no nosso lugar à espera das suas propostas quando for preciso».

J. c. c. b.

SUÉCIA

Europeias

EURO NO CENTRO DA CAMPANHA ELEITORAL

A eventual intenção dos sociais-democratas da Suécia, actualmente no poder liderando uma coligação de esquerda que tem como primeiro-ministro Goeran Pettersson, de integrar o seu país na zona euro será o tema central da campanha eleitoral para as eleições europeias, segundo responsáveis partidários.

A Suécia, que entrou em 1995 na União Europeia, recusou voluntariamente integrar a moeda única europeia, vigente desde 1 de Janeiro em 11 países, é o primeiro membro dos Quinze em que o processo de candidaturas às eleições europeias foi anunciado.

Dezassete partidos, dos quais sete representados no Parlamento, entregaram 19 listas com um total de 387 candidatos ao Parlamento Europeu.

Nas eleições anteriores, em 1995, os socialistas-democratas suecos tinham conseguido sete assentos, tendo obtido 28 por cento dos votos (por cento), contra cinco para os conservadores (23,2 por cento), quatro ganhos pelos ecologistas (17,2 por cento), três



para os ex-comunistas (12,9 por cento), dois para os centristas (7,2 por cento) e um para os liberais (4,8 por cento).

ECONOMIA

Emprego

FUNDO DE COESÃO CRIA MAIS DE 300 MIL POSTOS DE TRABALHO

Segundo o relatório anual do Fundo de Coesão relativo a 1997, o impacto sobre o emprego dos investimentos financiados pelo Fundo de Coesão durante o período 1993-1997 poderá representar, a curto prazo, a criação de 300 mil postos de trabalho e de mais de 55 mil a longo prazo.

O relatório felicita a Comissão e os Estados-membros (Portugal, Espanha, Irlanda e Grécia) pela boa execução orçamental que fizeram, quer no período 1993-1997 quer no próprio ano de 1997, em que se

registou uma taxa de execução de cem por cento para autorizações e de 98,72 por cento para dotações de pagamentos, sem que tenham sido detectadas quaisquer fraudes no âmbito dos projectos financiados.

No documento defende-se também que o Fundo de Coesão se mantenha para os Estados cujo PNB «per capita» seja inferior a 90 por cento da média comunitária e a necessidade de adaptar a sua aplicação para combater as disparidades regionais no interior dos Estados-membros.



TRABALHO

Acidentes

UM MILHÃO DE PESSOAS MORRE ANUALMENTE NO MUNDO

O director para as Américas da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Vitor Toikman, disse no dia 13, em São Paulo, que mais de um milhão de pessoas morre anualmente no mundo, vítima de acidentes de trabalho ou de doenças derivadas do seu ofício.

Toikman, que falava no XV Congresso Mundial sobre Segurança e Saúde no Trabalho, a decorrer em São Paulo, abordou as condições laborais no mundo.

Segundo o dirigente da OIT, o número de mortes anuais por acidentes de trabalho ou derivadas do ambiente laboral supera qualquer outro indicador de mortalidade a nível mundial.

Os números de Toikman indicam que, depois dos acidentes de trabalho, a segun-

da causa de morte no mundo são os acidentes de trânsito (999 000 vítimas), violência (563 000), guerras (502 000) e Sida (312 000).

Toikman advertiu que o número de vítimas de acidentes de trabalho pode duplicar antes do ano 2020, caso não sejam introduzidas melhorias significativas nos locais de trabalho.

Actualmente, as estatísticas da OIT registam 250 milhões de acidentes por ano, dos quais 335 000 causam vítimas mortais.

O congresso, que reúne mais de três mil participantes de 75 países, e tem como tema central «o impacto da globalização no universo do trabalho», termina amanhã, sexta-feira.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA TODOS OS JOVENS

Todos os jovens com idade inferior ou igual a 20 anos que não tenham concluído o 9º ano terão uma oportunidade de formação assegurada pelo Governo socialista.

A garantia foi dada, no passado dia 9, pelo secretário de Estado do Emprego e Formação, Paulo Pedroso, numa conferência de imprensa para apresentação do primeiro balanço de aplicação do Plano Nacional de Emprego (PNE).

O governante revelou ainda ter proposto aos parceiros sociais a introdução obrigatória de uma «dimensão de formação em todos os contratos de trabalho celebrados com menores de 18 anos».

Esta medida visa «diminuir o risco de que o trabalho possa ser inimigo da qualificação», salientou o secretário de Estado, garantindo que o emprego e a qualificação dos jovens têm para o Executivo um lugar de destaque.

Paulo Pedroso afirmou que, do ponto de vista do emprego, o ano de 1998 foi «especialmente positivo», tendo-se verificado um aumento líquido de 111 mil postos de trabalho.

Este aumento corresponde a um acréscimo de 2,5 por cento, em relação a período homólogo de 1997, enquanto que na União Europeia se cifrou em 1 por cento. O ano de 1998 foi ainda positivo, segundo o governante, porque a taxa de desemprego desceu para 5 por cento, quando em 1997, se situou em 6,7, e ainda porque a variação homóloga dos desempregados inscritos há 27 meses consecutivos regista descidas, estas reforçadas em Março de 1999, em que o número de 378 230 desempregados é o mais baixo desde 1993.

E em relação à Europa, segundo dados do Eurostat citados pelo secretário de Estado, Portugal tem actualmente a terceira taxa de desemprego mais baixa da UE.

Além do balanço da aplicação em 1998 do PNE - aprovado há um ano pelo Conselho de Ministros e enquadrado na estratégia europeia para o emprego, visando corrigir os principais factores de tensão no mercado de trabalho -, Paulo Pedroso anunciou igualmente as perspectivas para o actual ano.

O desemprego, apesar de o Governo prever situar-se, em 1999, abaixo dos 5 por cento, vai continuar a «merecer a atenção» do Executivo, bem como a baixa qualificação dos trabalhadores activos, que «alimentarão as propostas na revisão de 1999 do PNE».

Tendo em vista um aprofundamento das medidas do PNE, o Governo propôs já aos parceiros sociais a criação de um grupo «técnico tripartido» que acompanhará, a partir de «agora, em permanência», o seu desenvolvimento.

Das cerca de 60 novas medidas previstas pelo Plano Nacional de Emprego para o período de 1998-2002, foram formalmente adoptadas e aplicadas, no segundo semestre de 1998, cerca de 30, garantiu Paulo Pedroso.

Nestas medidas foi dada prioridade ao acompanhamento personalizado dos desempregados, para prevenir ocorrências de desemprego de longa duração, tendo sido contemplados até ao fim do ano cerca de 30 por cento dos desempregados inscritos.

Por parte do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), registaram-se 57 583 colocações em empregos, o que corresponde a um aumento de 10 por cento em relação ao ano de 1997.

Um total de 274 744 pessoas beneficiaram de formação, emprego ou reabilitação profissional, o equivalente a mais de 13 por cento que no ano anterior e 27,5 mais do que em 1996.

As rotas da qualificação

Ainda no campo da formação, o Governo pretende que Portugal possa atingir,

até 2002, a meta de ter, em cada ano, o dobro da percentagem de activos em formação da média da UE.

Para o efeito foram organizados 63 novos itinerários de qualificação assentes em 283 unidades capitalizáveis, onde o Executivo prevê investir cem milhões de contos, de entre as verbas co-financiadas pelo Fundo Social Europeu.

O secretário de Estado referiu que com o esforço para aumentar a empregabilidade de desempregados e jovens já se verificou um aumento de 133 por cento nos estágios profissionais para jovens, 27,7 nos formandos do sistema de aprendizagem, 6,4 no conjunto das modalidades de formação para jovens e 27,4 por cento na formação especificamente dirigida a desempregados.

Neste contexto, foi facilitada a criação de empresas, com alargamento dos Centros de Formalidades de Empresas, e reduzido o tempo necessário para a constituição de novas empresas, que passou de seis meses para um período que oscila entre 15 e 25 dias.

Foi lançado um conjunto de incentivos fiscais para a criação de postos de trabalho para jovens, contando os custos com a sua contratação a 150 por cento como encargos para a determinação do lucro tributável, e ainda a criação de pequenos negócios de jovens beneficiaram de isenção de IRC para os anos de 1999 até 2001.

Segundo o secretário de Estado, foi facilitada a actividade das pequenas empresas e das microempresas com o desagravamento da carga fiscal em IRC que incidia sobre estas últimas, para 20 por cento.

Foram também criados apoios ao emprego em empresas de inserção, para estimular o regresso à actividade dos desempregados de longa duração e desfavorecidos.

O PNE incluiu módulos regionais em função da diversidade de problemas, estando já elaborados os das Regiões Autó-

nomas. No Continente, entrou em vigor o Plano Regional do Alentejo, estando a ser elaborado o da Área Metropolitana do Porto.

Paulo Pedroso sublinhou que os parceiros sociais tinham assumido uma declaração conjunta e das 205 convenções colectivas de trabalho, 47 incluem medidas relacionadas com essa declaração e abrangem 200 mil trabalhadores.

Em relação às perspectivas para 1999, e apesar dos «sinais positivos» colocarem o desemprego abaixo dos cinco por cento, a tensão no mercado de trabalho vai persistir, obrigando o Executivo a continuar a dar atenção especial a este indicador económico no plano.

Segundo o secretário de Estado do Emprego, a baixa qualificação dos trabalhadores, «resultado de um atraso estrutural acumulado ao longo de gerações», não interiorizados na sua totalidade pela empresas mas que «ameaçam reflectir-se no emprego, ao nível da reconversão da economia, obrigam ao lançamento de novas actuações.

Assim, serão lançadas iniciativas na educação e formação ao longo da vida, no programa de rotação emprego-formação, permitindo em simultâneo a formação dos empregados e experiências de trabalho aos desempregados, nos incentivos e boas práticas de formação contínua nas empresas.

Em segundo lugar, está o combate ao desemprego de longa duração, que, apesar de ter diminuído 23,7 por cento no segundo semestre de 1998, comparativamente a 1997, continua a ser elevado em termos relativos, pelo que Paulo Pedroso prevê uma actuação precoce que passará a cobrir mais de 70 por cento dos desempregados até ao fim do ano.

Para esta cobertura, o Governo vai lançar dez novas redes regionais para o emprego, e dirigir a formação a desempregados que continuará a aumentar ao mesmo ritmo.

GOVERNO VAI CRIAR FUNDO DE GARANTIA MÚTUA PARA COMERCIANTES

O Governo do PS está apostado em facilitar aos comerciantes o acesso a financiamento bancário, no âmbito da sua política de defesa do comércio tradicional.

Assim, o Executivo vai criar um Fundo de Garantia Mútua para os comerciantes, idêntico às sociedades de garantia que estão a ser criadas no país, anunciou o secretário de Estado do Comércio, Oswaldo Castro. O governante falava em Constância, duran-

te uma visita às festas de Nossa Senhora da Boa Viagem.

O Fundo de Garantia Mútua, cujo contrato de constituição vai ser assinado ainda este ano entre a Caixa Geral de Depósitos, o Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (IAPMEI) e o Banco Nacional Ultramarino, vai servir de intermediário entre os comerciantes e a banca.

Os comerciantes que aderirem a este Fundo vão ter melhores condições para negociar fi-

nanciamentos com as instituições bancárias. Trata-se de uma das medidas de defesa do chamado comércio tradicional que, segundo Oswaldo Castro, foi «agredido durante muitos anos».

«Um comerciante em dificuldades financeiras pode obter mais facilidade em financiamentos bancários», acrescentou.

Indo ao encontro de uma questão que preocupa os pequenos comerciantes, uma população tradicionalmente envelhecida, lutan-

do com falta de recursos financeiros aquando da reforma, Oswaldo Castro anunciou ainda que o Governo está a equacionar a criação de um fundo de solidariedade e pensões para os comerciantes com mais de 65 anos de idade.

Este fundo foi baseado num estudo encomendado pela Secretaria de Estado, que revelou que cerca de 10 mil comerciantes com idade avançada têm reformas entre os 20 e 30 contos.

HUNGRIA

Visita oficial

KOSOVO NA AGENDA DE SAMPAIO

O encontro privado do dia 12 com o seu homólogo húngaro, em Budapeste, foi um dos pontos altos da visita de Estado de quatro dias à Hungria do Presidente da República, Jorge Sampaio.

A situação no Kosovo - existe uma importante minoria húngara na província sérvia da Voivodina -, o alargamento da União Europeia e a necessidade da Comunidade admitir novos membros num «prazo de tempo razoável», bem como o reforço das relações bilaterais, foram os três principais temas da agenda do Chefe de Estado português em Budapeste.

Os dois estadistas, Árpád Goncz e Jorge Sampaio, reuniram-se no edifício do Parlamento magiar e presidiram depois ao encontro das delegações oficiais dos dois países.

Participaram na reunião, por Portugal, entre outros, o ministro do Equipamento, Planeamento e Administração do Território e os secretários de Estado dos Assuntos Europeus, Adjunto do ministro da Justiça e da Indústria e Energia.

Os dois chefes de Estado encerraram o seminário económico «Portugal-Hungria: Distintos Passados, Futuras Parcerias». Entre aqueles dois eventos, o Presidente da República português encontrou-se com o primeiro-ministro húngaro, Viktor Orbán. Jorge Sampaio discursou ainda perante a Assembleia Nacional da Hungria, presidida por János Áder, com quem se reuniu também.

Durante a visita oficial houve ainda uma tro-



ca de condecorações entre os dois casais presidenciais seguida pelo jantar oferecido pelo Presidente da República húngaro em honra do seu homólogo português.

A Hungria - cuja equipa nacional integra o grupo de Portugal para o Campeonato Europeu de Futebol do próximo ano - tem cerca de 10 milhões de habitantes (pelo censo de 1990) que professam várias religiões: católica romana, protestante, católica e ortodoxa gregas e judaica, havendo ainda outras de expressão minoritária.

Membro da NATO desde Março último, a Hungria realizou em 1998 as últimas eleições legislativas ganhas sem maioria absoluta pelo Partido Cívico Húngaro Fidesz - que lidera um governo de coligação de que fazem parte o Partido dos Pequenos Proprietários Independentes e o Fórum Democrático Húngaro.

GUTERRES EM SÃO TOMÉ

Dotação de 8,2 milhões de contos

DÍVIDA E JUROS PERDOADOS

Os chefes dos Executivos de Portugal e São Tomé, respectivamente, António Guterres e Guilherme Posser da Costa, assinaram, na passada terça-feira, dia 13, na capital são-tomense, um programa-quadro que envolve uma dotação global de 8,2 milhões de contos para o triénio 1999/2001.

O programa foi assinado no final de uma visita oficial de três dias que Guterres efectuou a São Tomé e Príncipe.

Envolvendo seis áreas específicas, o documento afecta a maior fatia, 1,83 milhões de contos, para o apoio à consolidação das instituições, seguindo-se a promoção das condições sociais e de saúde, com 1,78 milhões de contos e a valorização dos recursos humanos e culturais com 1,32 milhões de contos.

Surgem depois as áreas de apoio ao desenvolvimento socioeconómico com 800 mil contos, a cooperação financeira e multilateral com 780 mil contos e a cooperação intermunicipal, com 80 mil contos.

Destaca-se, além destas verbas, a disponibilidade para a revisão do Contrato de Reescalamento da Dívida, com aumento do grau de concessionalidade de 50 por cento para 90 por cento, que envolve um valor de «Ajuda Pública ao Desenvolvimento» que ascende a 1,5 milhões de contos no triénio e a doação de cerca de 150 mil contos a título de perdão de juros em atraso.

Na área da valorização dos recursos humanos e culturais, realça-se o apoio ao sistema educativo, com especial atenção para os novos projectos de apoio à estruturação do sistema de ensino básico e secundário e para a criação de um polo de ensino su-



perior, além da continuação dos projectos de formação em Portugal.

A continuação do projecto de co-gestão do Centro Hospitalar de São Tomé (cerca de 470 mil contos) anuais sobressai no âmbito da promoção das condições sociais e de saúde, envolvendo ainda o novo projecto de controlo do paludismo, estimado em cerca de 150 mil contos.

Para apoio ao desenvolvimento socioeconómico existe o novo projecto de Promoção de Investimentos, dotado de 540 mil contos, e um outro plano de apoio às pequenas e médias empresas agrícolas, dotado com 60 mil contos em 1999 e com duração prevista de três anos.

Merecem também dotações sectores virados para a consolidação das instituições, com 80 mil contos, e o intermunicipal, com igual verba.

Na área financeira, destaca-se o apoio ao funcionamento da administração pública são-tomense através de uma doação por Portugal de cerca de 35 mil contos.

CPLP

Assuntos parlamentares

COOPERAÇÃO INFORMÁTICA ENTRE GOVERNOS

Os centros de Governo dos sete Estados que constituem a Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP) passarão a estar ligados por uma rede informática.

A decisão foi tomada no final do I Encontro sobre «Os Centros de Governo e as Relações com os Parlamentos», no passado dia 7, em Lisboa.

Segundo declarou o ministro dos Assuntos Parlamentares português, António Costa, a criação desta rede informática «vai possibilitar uma rápida consulta a todos os países membros da CPLP nomeadamente sobre iniciativas legislativas».

Para António Costa, o mentor da iniciativa que reuniu em na metrópole alfacinha os ministros e secretários das Presidências e dos Assuntos Parlamentares dos Sete, esta reunião «excedeu as expectativas», o que explica que «de encontro informal passasse a I Encontro».

Deste modo, a institucionalização dos encontros é um dos pontos constantes da

«Declaração Final», que prevê ainda que o II Encontro seja realizado em Cabo Verde.

O ministro da Presidência do Conselho de Ministros de Cabo Verde, Rui Figueiredo Soares, afirmou que a iniciativa de realizar o II Encontro foi apresentada pelo seu país e «acolhida com agrado» pelos ministros e secretários de Estado presentes. «Do previsto encontro informal passou-se a reunião constitutiva de um novo fórum da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa», disse Figueiredo Soares.

Com efeito, cabe agora ao secretariado executivo da CPLP coordenar o encontro de Cabo Verde com este país, efectuar as convocatórias e secretariar o evento, segundo a Declaração.

O documento acrescenta que os Sete vão estabelecer, a curto prazo, «um protocolo de cooperação que incida sobre o apoio técnico quanto à publicação do jornal oficial», que deverá passar a ter «emissão electrónica».

Entre as resoluções constantes da Decla-

ração Final consta igualmente a criação de «um programa de acções de reforço de capacidades para uma troca de experiências entre quadros dos centros de governo dos países da CPLP».

Os membros dos governos dos Sete presentes no I Encontro manifestaram a sua preocupação com os recentes acontecimentos ocorridos em Timor-Leste e expressaram «a sua mais viva repulsa pela violência que mais uma vez se abateu sobre o território».

Manifestaram ainda o «desejo de ver consolidado o processo de paz na Guiné-Bissau, bem como o regular funcionamento das instituições democráticas».

Sobre Angola, o I Encontro manifesta «a sua solidariedade para com as vítimas da guerra e apela ao estabelecimento urgente da paz».

Em declarações à Comunicação Social, o secretário de Estado do Conselho de Ministros angolano, António Van-Dunen, que assegurou a representação do seu país, manifestou-se convicto de que a guerra em

Angola terminará e que a UNITA cumprirá os Acordos de Lusaca, nomeadamente quanto à sua desmilitarização.

«A única saída para esta situação de guerra consiste no acatamento pela UNITA dos Acordos de Lusaca e logo que a guerra acabe, o movimento deve proceder à sua desmilitarização», disse Van-Dunen.

O governante angolano considerou «muito complexa» a situação angolana e afirmou que «a guerra de grande dimensão que ocorre em Angola já fez mais de um milhão de deslocados».

«Estes 10 por cento da população deslocada dentro de território nacional ocasiona enormes problemas humanitários», sublinhou.

O encontro sobre «Os Centros do Governo e as Relações com os Parlamentos», que decorreu no Parque das Nações, tratou temas como: «Organização do procedimento legislativo do governo», «A relação entre o centro do governo e a sociedade civil» e «A relação entre o governo e o parlamento».



Albufeira

Autarquia melhora rede de saneamento

O município de Albufeira adjudicou a empreitada de execução do Sistema de Intercepção da Patã de Baixo - Sistema de Intercepção e Estação de Tratamento de Águas Residuais do Pinhal do Concelho.



A obra, de grande importância para as populações, está orçada em 95 mil contos, e integra-se no Sistema de Drenagem e Tratamento de Esgotos do Barlavento Algarvio, financiado pelo Fundo de Coesão.

Aveiro

Bicicletas gratuitas para reduzir trânsito

A Câmara Municipal de Aveiro aprovou a adjudicação, por 11 mil contos e com um prazo de execução de dois meses, da pista para bicicletas de utilização gratuita de Aveiro.



Para dar à pista o uso apropriado, está já em fase experimental um velocípede construído com desenho exclusivo para a cidade, por forma a dissuadir o roubo dos veículos.

Cascais

Autarquia apoia escuteiros

A Câmara Municipal de Cascais vai entregar a companhias de guias e escuteiros um conjunto de apoios no valor de três mil contos.

O objectivo da autarquia é apoiar o desenvolvimento normal das actividades destas organizações que actualmente envolvem mais de um milhar de jovens munícipes. Com estes apoios, a edilidade pretende

não só dinamizar, bem como consolidar e incentivar o associativismo juvenil e, neste caso em particular, apoiar as associações de índole escutista, especialmente orientadas para o serviço à comunidade local.



Lisboa

Comemorar Abril com obras

A inauguração do monumento de homenagem ao 25 de Abril e ao capitão Salgueiro Maia, na Praça de Espanha, que decorrerá amanhã, dia 17, abre as comemorações dos 25 anos do 25 de Abril promovidas pela Câmara Municipal de Lisboa (CML).



O programa das comemorações «com obra» - erradicação de barracas e realojamentos em novas habitações, novos equipamentos desportivos e culturais, de qualificação de espaços verdes, reabilitação urbana e novas vias - foi apresentado no dia 5 de Abril pelo presidente da CML, João Soares.

Em conferência de Imprensa, João Soares considerou que o programa «25 Cravos para os 25 anos do 25 de Abril» promovido pela CML se trata «fundamentalmente» da entrada ao serviço de um conjunto de obras significativas.

O presidente da CML referiu que o arco da Praça de Espanha, que foi da Rua de S. Bento, esteve 48 anos (tantos quantos a ditadura salazarista) votado ao abandono, passa a ser na Praça de Espanha um monumento ao 25 de Abril e ao capitão Salgueiro Maia, obra que representa também um símbolo da recuperação do património.

A encerrar o programa deste ano, no dia 25 será inaugurada no Centro do rotunda ribeirinha da Avenida Infante D. Henrique a «Escultura Lisboa», da autoria de José de Guimarães, e a grande rotunda entrará para o toponímia da cidade com o nome de Praça 25 de Abril.

Na véspera, isto é, 25 anos depois da trans-

missão da transmissão da senha do início das operações militares da Revolução dos Cravos, realiza-se no Terreiro do Paço o Espectáculo Madrugada, um acontecimento multimédia com cerca de dois mil figurantes, que representa uma viagem pelos 48 anos do fascismo e a chegada da liberdade.

As comemorações vão assinalar também novas melhorias na rede viária com a abertura dos novos acessos em Monsanto ao Pólo Universitário da Ajuda, e do novo viaduto no Vale de Alcântara, que permite a ligação Sul-Norte do Avenida de Ceuta ao Eixo Norte-Sul, des congestionando a Praça de Espanha.

Mais barracas abaixo

No Bairro Chinês vão desaparecer mais algumas dezenas de barracas, após realojamento dos moradores em casas novas, realojamentos que vão ocorrer também de moradores que viviam nas barracas junto ao Baluarte do Livramento.

As comemorações promovidas pela CML incluem a Corrida da Liberdade, do quartel da Pontinha e de outros locais relacionados com a Revolução dos Cravos, mas também a entrada ao serviço de dois novos polidesportivos, um no Bairro da Boavista e outro, designado por «Capitães de Abril», no Bairro do Condado, em Chelas.

O eucalipto de Benfica, na Estrada dos Arneiros, alvo de grandes obras de requalificação paisagística e que é uma das manchas do corredor verde da periferia da cidade, ficará desde já ao serviço da população.

Na Casa do Governador, serão inauguradas as novas instalações da Junta de Freguesia do Castelo, com sala polivalente, auditório, posto de saúde e posto de informação turística.

Trata-se de mais um aspecto do Programa Integrado do Castelo, que inclui a Rua do Espírito Santo em que foram reabilitados 53 fogos e beneficiadas 110 famílias. O belo bairro de Campo de Ourique vai beneficiar de um centro de idosos, construído pela CML e que funcionará junto à Igreja do Santo Condestável.

Hoje, dia 15, Lisboa terá a Rua do Livro, uma festa que vai dominar de manhã à noite a Rua Augusta, e que assinala a criação de mais uma biblioteca, a que a autarquia dá o nome de David Mourão-Ferreira.

Carlos Botelho, pintor de Lisboa, vai ter o nome em placa na casa em que nasceu na Avenida da Liberdade e uma exposição de obras da sua autoria no Museu Vieira da Silva.

Semana da Liberdade

Os Paços do Concelho são o local da apresentação do primeiro volume de um conjunto de entrevistas a 40 resistentes antifascistas, conduzidas por Miguel Medina e ilustradas por Luís Rodrigues, bem como da Exposição de Fotografia de Alfredo Cunha sobre o 25 de Abril de 1974, fotos juntas em livro com texto e legendas de Adelino Gomes.

O programa inclui ainda a realização do colóquio «Contar Abril», destinado a professores, a «Semana da Liberdade» com a apresentação de projectos culturais por associações juvenis e a criação do Espaço Navegar em Lisboa, no Atrium Saldanha, desenvolvido pelo Gabinete Municipal de Prevenção da Toxicod dependência.

Vila do Conde

Valorizar Centro Histórico

O Centro Histórico de Vila do Conde é constituído por um valioso conjunto arquitectónico, com especial destaque para o núcleo quinhentista, património que é, também, um importante pólo de atracção turística da cidade.



Consciente desta riqueza que urge preservar, a Câmara Municipal de Vila do Conde está a efectuar vultuosos investimentos, valorizando praças, largos e velhas artérias, criando deste modo melhores condições de vida e de atractividade.

Vila Real de S. António

Campeonato do Mundo de Andebol

A população de Vila Real de s. António correspondeu em pleno ao convite lançado pela Câmara Municipal e Federação Portuguesa de Andebol, ocorrendo em massa, nos dias 3 e 4 de Abril, ao pavilhão municipal, para apoiar a selecção nacional de andebol sub-21, que discutiu o apuramento para a fase final do Campeonato do Mundo da modalidade.



A escolha do Complexo Desportivo de Vila Real de s. António concretizou-se, segundo a Federação Portuguesa de Andebol, devido às boas condições técnicas desta infra-estrutura, aliadas às boas tradições que a modalidade tem na cidade.

PS EM MOVIMENTO

MADEIRA

Mota Torres na Calheta

A camarada Mota Torres, presidente do PS/Madeira, deslocou-se no passado domingo, dia 11, ao concelho da Calheta.

Na visita, o líder dos socialistas madeirenses manteve contactos com a população da Calheta e com as estruturas locais do partido, nomeadamente a Comissão Política Concelhia.

PONTA DELGADA

PS contra autarca arrogante

A Secção de Ponta Delgada do PS/Açores, num comunicado, «repudia a atitude arrogante do presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada que no dia 11 de Abril inaugurou com pompa e circunstância a conclusão da reparação da Escola Básica da Freguesia de Santa Bárbara como se se tratasse de um investimento exclusivamente municipal».

Para o PS/Ponta Delgada, «com esta atitude político-partidária o autarca de Ponta Delgada mais uma vez se esqueceu de dirigir um simples convite ao Governo Regional que comparticipou financeiramente aquela obra em 85 por cento do seu custo total, cabendo à Câmara de Ponta Delgada apenas 15 por cento».

Os socialistas de Ponta Delgada consideram que são «actos destes que demonstram bem quem são os autarcas que cooperam de modo correcto com o Governo e quais são os que utilizam entidades públicas para promoverem o PSD com o dinheiro do Governo Regional».

S. MAMEDE DE INFESTA

Jantar evocativo do 25 de Abril

A Secção de S. Mamede de Infesta do PS vai organizar no dia 23 um jantar comemorativo do 25º aniversário do 25 de Abril, que terá como orador convidado o capitão de Abril Pinto Henriques.

O jantar, que custa 2.200 escudos por pessoa, decorrerá no restaurante da Igreja do Padrão da Légua, em S. Mamede de Infesta.

As inscrições podem ser feitas, até ao dia 16 de Abril, pelos telefones 9013856 e 9011707. Num comunicado, a Secção de S. Mamede de Infesta lembra que «longe vai o 25 de Abril! Mas nem por isso todos quantos o sentiram e viveram, o aplaudiram e festejaram deixam de o recordar com a mais viva emoção. Mesmo os que não viram realizados alguns dos seus sonhos e tantos eram».

LARGO DO RATO

Homenagem aos camaradas idosos

Com o olhar apressado e um pedido de desculpas nos lábios, Joaquim Rocha e Silva entrou na sede do Largo do Rato, na passada sexta-feira, para participar na homenagem aos militantes mais idosos do Partido Socialista.

Aos 94 anos - a maioria deles dedicados à causa da liberdade -, era a primeira vez que o camarada Rocha e Silva, como ficou conhecido, chegava atrasado a um encontro.

A demora não causou transtorno. Todos os camaradas de Rocha e Silva aguardavam sentados nos seus lugares e de imediato principiou a sessão de abertura da cerimónia.

Presentes na ocasião estiveram o secretário nacional para os Assuntos dos Idosos, Rui Cunha, e Ferro Rodrigues, na condição de membro da Comissão Permanente do PS.

A camarada Eduarda Ferronha começou por saudar a assistência, que se deslocara dos quatro cantos do Continente e ilhas, representando a comunidade idosa de todas as federações socialistas.

Lembrando que 1999 foi consagrado como o Ano Internacional das Pessoas Idosas, Eduarda Ferronha descreveu a homenagem ao militante idoso organizada pelo DNAI como um símbolo de reconhecimento a todos aqueles que dedicaram os muitos anos das suas vidas à defesa dos ideais socialistas.

Na sua intervenção, o camarada Rui Cunha salientou que em todo o Portugal decorrem, actualmente, uma série de activi-



dades inseridas no programa de comemorações do Ano Internacional do Idoso, frisando igualmente que o Executivo do PS tem desenvolvido nos últimos três meses um número superior de iniciativas comparativamente à prestação laranja ao longo de todo um ano de governação.

Rui Cunha lembrou que em 1993, quando o Partido Socialista estava na oposição, incisivas chamadas de atenção para a situação de abandono da terceira idade foram feitas ao Governo de Cavaco. Reconhecendo que não basta ter iniciativas, pois é preciso implementar toda uma política integrada nesta matéria, o secretário nacional terminou a sua alocução com um desejo: «Que todos os dias sejam dias de luta pela melhoria da qualidade de vida dos idosos.»

Por seu turno, o camarada Ferro Rodrigues, que esteve presente em representação do camarada António Guterres (impossibilitado participar na homenagem por motivos de agenda política), conside-

Concelhia de Lisboa e FAUL promovem Homenagem ao camarada Edmundo Pedro

O Secretariado da Comissão Política Concelhia de Lisboa e o Secretariado da FAUL vão promover no dia 29 de Abril, pelas 20 horas, no Pavilhão da Estufa Fria, no Parque Eduardo VII, em Lisboa, um jantar de homenagem ao camarada Edmundo Pedro, militante histórico do PS e resistente antifascista.

As inscrições para o jantar de homenagem a este insigne democrata, um socialista que norteou toda a sua acção política, ao longo de décadas, em torno dos valores da liberdade, igualdade e fraternidade, podem ser feitas até ao dia 27 de Abril para a FAUL (camaradas Sandra ou Lurdes) pelos telefones 3468886 e 34620469, para a Secção do Limoeiro pelo telefone 8866271 ou ainda para os camaradas Pedro Assunção - telemóvel 0936-6755786 e Cândida Cavaleiro Madeira - telemóvel 0931-573644.

O custo de inscrição é três mil escudos.



rou a cerimónia uma «bonita e merecida prova de que a solidariedade também é interna ao PS».

Lembrando a árdua luta contra o fascismo e em favor do PS de muitos quantos estavam presentes e ausentes na sala, o membro da Comissão Permanente fez questão de salientar que, aos 49 anos, conta já com três décadas na política activa, conservando intacta a esperança de, à semelhança de Rocha e Silva, viver mais 45 anos ao serviço da causa da liberdade.

Numa breve referência à política governamental para a terceira idade, aquele que também é ministro do Trabalho e da Solidariedade reconheceu que há um longo caminho por percorrer e falou da responsabilidade comum de se trabalhar para mudar Portugal, sem deixar de alertar para que as políticas sociais têm as suas limitações, não obstante a sua justeza. Chegada a vez do militante mais idoso dos idosos usar da palavra, Rocha e Sil-



va esclareceu à partida que não sabe fazer discursos, sem que isso o impedisse de lançar um alerta.

«Temos muito que fazer», afirmou, franzindo a testa e deixando escapar um desabafo: «Estou muito preocupado e desanimado pelo que se está a passar no nosso país».

Ao despedir-se, o mais veterano dos camaradas idosos fez votos de, em 2005, voltar à sede do PS para celebrar o seu 100º aniversário.

O desejo foi partilhado e reafirmado por Ferro Rodrigues no discurso de encerramento da homenagem, depois do acto de entrega da medalha dos 25 anos do Partido aos camaradas idosos presentes.

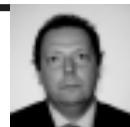
A surpresa para os avós socialistas chegaria pouco mais tarde quando, no almoço de confraternização, foram visitados e cumprimentados pelo secretário-geral do PS, António Guterres, que não quis deixar de participar na iniciativa.

MARY RODRIGUES

AMBIENTE

José Guerreiro*

UMA ESTRATÉGIA DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA PARA O SÉC. XXI¹



«Tudo nos incita a pôr termo à visão de um Homem não natural e de uma Natureza não humana»
Serge Moscovici

Um dos compromissos políticos que o Partido Socialista assumiu em matéria de ambiente correspondia à consolidação do edifício jurídico da conservação da natureza, nomeadamente na definição clara da Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB), prevista desde a Lei de Bases do Ambiente (Lei n.º 11/87), e até hoje não concretizada. Ao apresentar para discussão pública no passado dia 6 de Abril de 1999 uma proposta de ENCNB, mais do que dar cumprimento a um compromisso eleitoral pretende-se enquadrar uma política de conservação da natureza em princípios, objectivos, linhas estratégicas e áreas de intervenção que, no quadro 2000-2006, consubstancie a preservação do património natural e o desenvolvimento sustentável. Torna-se fundamental, contudo, que seja claro o contexto de tal iniciativa política e os princípios fundamentais que defende, assumindo tratar-se de uma proposta estruturante para a política de ambiente no próximo septénio.

Nas sociedades ocidentais a Conservação da Natureza é um conceito relativamente recente, que surge no limiar deste século como corolário das profundas reformas industriais, agrícolas e florestais introduzidas na Europa durante os séculos XVIII e XIX e, concomitantemente, dos desequilíbrios e disfunções demográficas sentidos à escala planetária. Também os Estados Unidos da América se podem considerar pioneiros, ao criarem o primeiro parque natural do mundo em 1872, o Parque Nacional de Yellowstone, promovendo a preservação do património natural.

Durante o século XX, e na sequência das profundas convulsões globais geradas pelos dois conflitos mundiais, que vieram a culminar com a primeira aplicação da energia nuclear em 1945, a Guerra-Fria veio impor o advento de uma nova ordem mundial, cuja símbolo máximo se associou à exploração e promoção das tecnologias apoiadas na utilização da energia nuclear. Perto do fim deste período, sobrevêm a consciência e a percepção de um vasto conjunto de problemas ambientais de escala global, indubitavelmente associados à actividade humana do último século, e de onde sobressaem a rareficação da camada de ozono atmosférico, o aquecimento do planeta, a desertificação e a redução maciça da biodiversidade, a uma velocidade jamais vista à escala natural. Se é verdade que a «era industrial» trouxe à Humanidade o aumento da esperança média de vida, a melhoria das condições de vida, a informação e a massificação da

educação, entre outros benefícios, também é verdade que tal foi a custos graves para a casa comum de todos, ou seja, a Terra. Jamais se tinha assistido a catástrofes ambientais da monta que o séc. XX revelou, de Hiroshima a Chernobyl, com passagem por Bhopal.

É ao longo deste contexto, e em particular após o fim da II Guerra Mundial, que se afirmam de modo consistente pela generalidade da Europa e pela América do Norte, movimentações sociais de carácter ambientalista e naturalista, associadas à protecção do património biológico, que procuram alertar os poderes político e económico para a necessidade urgente e imperiosa de conter a destruição acelerada dos recursos naturais do planeta. É com este objectivo que é fundada em 1948 a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), ano em que se assiste igualmente ao início do debate sobre esta temática em Portugal, que coincidiu com a fundação da primeira organização nacional de conservação da natureza, a Liga para a Protecção da Natureza (LPN) em 28 de Julho de 1948, data recentemente instituída como Dia Nacional da Conservação da Natureza.

Devido muito provavelmente à situação sociopolítica que o país viveu até 1974, o debate sobre Conservação da Natureza em Portugal manteve-se durante várias décadas restrito a alguns meios académicos, alterando-se a situação apenas em 1970, com a aprovação da Lei n.º 9/70, que prevê pela primeira vez a criação de Áreas Protegidas. Contudo, a consagração jurídica política da Conservação da Natureza apenas viria a nascer após a implementação do regime democrático, primeiro com a criação do Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico em 1975 e, alguns anos mais tarde, em 1987, através da promulgação da Lei de Bases do Ambiente (Lei n.º 11/87 de 7 de Abril), que lhe dá finalmente um enquadramento jurídico apropriado.

É neste articulado legal que pela primeira vez se aponta como objectivo claro do Estado a elaboração de uma Estratégia Nacional de Conservação da Natureza (ENCN), a qual deverá servir como instrumento regulador e orientador da política de Ambiente neste domínio, sendo claramente assumido que o Plano Nacional de Política do Ambiente deverá incorporar devidamente o exposto naquela Estratégia.

Com o documento apresentado, pretende-se dar cumprimento ao objectivo atrás enunciado, produzindo-se um elenco articulado das medidas consideradas fundamentais para um desempenho estratégico adequado em termos de Conservação da Natureza, equacionado a um prazo de sete anos e enformando os princípios do Desenvolvimento Sustentável.

A Estratégia da Conservação da Natureza e Biodiversidade (ENCNB) proposta assen-

te em princípios fundamentais, objectivos gerais e específicos, linhas estratégicas que os permitam atingir e medidas de acção concreta.

No domínio dos princípios fundamentais merecem particular destaque:

O princípio da compatibilidade entre Homem e Natureza, rejeitando todas as noções extremistas segundo as quais a conservação da natureza se faz melhor na ausência do ser humano, como se este fosse contra-natura;

O princípio da conservação da natureza extensível a todo o território nacional, sustentando-se um *continuum* entre regiões ou áreas que, de facto, contribua para a preservação e identidade nacional do «Ecosistema Portugal»;

O princípio da utilização sustentável dos recursos naturais, também como forma de promover a conservação da natureza e o bem estar das populações;

O princípio da responsabilidade partilhada, segundo o qual a implementação da ENCNB resulta da interiorização e integração da ENCNB nas diferentes políticas sectoriais e sectores de administração, bem como da própria sociedade civil. Assumem-se na ENCNB como objectivos gerais os seguintes:

1. Conservar as componentes da biodiversidade e os elementos notáveis da geologia, geomorfologia e paleontologia.
2. Utilizar sustentavelmente os recursos da biodiversidade.
3. Partilhar justa e equitativamente os benefícios que advêm da utilização dos recursos da biodiversidade.

A prossecução dos objectivos acima enunciados assenta em sete linhas estratégicas:

- 1.- A implementação de uma rede fundamental da conservação da natureza;
- 2.- As acções específicas de conservação;
- 3.- A utilização sustentável do património natural;
- 4.- O aprofundamento e divulgação do conhecimento;
- 5.- A educação, formação, informação e participação do público;
- 6.- A cooperação internacional;
- 7.- A utilização dos instrumentos disponíveis e a sua adaptação.

No domínio das grandes linhas estratégicas realce-se a Rede Fundamental da Conservação da Natureza (RFCN), estabelecendo uma estrutura orgânica e um modelo de conexão entre os espaços mais importantes para a conservação da diversidade biológica, afirmando o Património Natural como símbolo de identidade nacional, regional e local. As acções específicas de conservação defendem a abrangência da conservação a todo o território nacional, com abordagens por ecossistema e espécies ameaçadas. Neste contexto, torna-se fundamental para o sucesso das duas linhas estratégicas anteriores, a noção de que o

património natural - quando utilizado - se transforma em Recurso Natural, gerando actividades económicas, riqueza, emprego e mais-valias locais, consagrando o Homem e as suas actividades como factor positivo de conservação. A visão de acções intersectoriais, nomeadamente na Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP), configurando programas integrados de desenvolvimento sustentável, compatíveis com o objectivo primordial da conservação da natureza, é fundamental para a reconquista das populações para esta causa da conservação da natureza e, sobretudo, para travar a desertificação humana, que constitui a maior ameaça à preservação dessas áreas.

Num segundo conjunto de linhas estratégicas incluem-se o aprofundamento e divulgação do conhecimento científico, tendo em vista o apoio à tomada de decisões, a par de programas específicos de educação ambiental, quer na escola, quer a nível de sensibilização e participação da opinião pública. O estímulo à participação dos diversos sectores da sociedade, assegura a diversidade de perspectivas e sobretudo a inviolabilidade do princípio «conhecer para preservar».

Por fim, um terceiro conjunto de linhas estratégicas inclui a cooperação internacional bem como os instrumentos necessários à implementação da ENCNB, a qual tem de ser encarada a nível global no contexto da IUCN e num quadro mais próximo da União Europeia, bem como no contexto da CPLP. No âmbito desses instrumentos reside a componente essencial para a implementação da ENCNB, nomeadamente no tocante a recursos humanos, técnicos, financeiros e fiscais, quadro legislativo e normativo, investigação e desenvolvimento, planeamento e ordenamento do território e avaliação de impacto ambiental. É este conjunto de instrumentos que permite não esquecer as populações que mantêm e criaram importantes valores do nosso património natural e, acrescidamente, permitem estabelecer regras de compensação por esses serviços de solidariedade prestados ao colectivo, ao «Ecosistema Portugal».

A presente proposta de ENCNB, assenta num horizonte do septénio 1999-2006, ligada a um ciclo económico que será crucial para o desenvolvimento do país, e num contexto de um duplo núcleo duro europeu, não só o da união monetária, como também o da manutenção do «capital Natureza». Mas, sobretudo, devemos considerar que a proposta ora apresentada é acima de tudo a celebração de um pacto intergeracional com os nossos vindouros, sendo este o verdadeiro desafio, legar «Vida» na herança.

*Secretário de Estado do Ambiente

¹ Texto adaptado do preâmbulo do documento preliminar da Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e Biodiversidade* colocado à discussão pública.



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

Literatura em Albufeira

A primeira sessão das Jornadas Literárias, que se realizam, no Auditório Municipal, no dia 17, às 17 horas, será subordinada ao tema «Fernando Pessoa no Panorama da Literatura Portuguesa», incluindo uma palestra - «O Teatro dos Heterónimos» - a cargo de Teresa Rita Lopes.

No mesmo dia, pelas 12 horas, participe no Concurso de Pesca. Esta prova da 1ª divisão decorrerá na Praia dos Tomates. A partir do dia 19 e até ao dia 21 a Biblioteca Municipal será o local escolhido, entre as 10 e as 13 horas, para assinalar as comemorações do Dia Mundial do Livro. Ainda esta semana, mais especificamente, na quarta-feira, a partir das 9 e até às 17 horas, o Auditório Municipal estará reservado para a conferência «Crescer e Aprender na Escola de Tránsito».

Cartoons em Cascais

A autarquia local e a Associação 25 de Abril promovem, até ao dia 28, na Galeria do Centro Cultural Gandarilha, uma mostra de cartoons de João Abel Manta intitulada «O Cartoonista da Revolução».

A exposição poderá ser visitada, de terça-feira a domingo, das 15 às 20 horas.

Revoluções em Coimbra

Começa, amanhã, às 18 horas, na Sala Polivalente da Casa Municipal da Cultura, o Curso Livre de História da Arte.

Nesta sessão inaugural o tema será «O Feitiço da Arquitectura Neogótica». Amanhã e depois, assista no mesmo local, mas da parte da manhã, pelas 10 horas, a mais um Encontro de Coimbra, desta feita designado por «25 de Abril, 25 Anos Depois».

No sábado as referências às mais marcantes revoluções não se esgotam com conferências e debates. Assim, para esse dia, às 15 e 30, está agendada a inauguração da exposição comemorativa dos 30 anos da crise académica de 1969, numa sessão a decorrer na Casa da Cultura com a presença do Presidente da República, Jorge Sampaio.

No Teatro Académico de Gil Vicente, a partir do dia 17 e até ao dia 24, haverá referências aos «Caminhos do Cinema Português», com direito a um ciclo e a uma exposição de fotografia de Paulo Abrantes, «Imagens Celulósicas», patente diariamente das 9 às 24 horas.

Jornadas de Educação em Fafe

As primeiras Jornadas de Educação da cidade fafense realizam-se hoje e amanhã. A iniciativa resultou de uma parceria entre a Câmara Municipal e o Centro de Formação e Associação de Escolas de Fafe. Entre os temas a abordar destaque-se a «Territorialização educativa e a autonomia

das escolas», «As novas tecnologias na escola», a «Formação profissional», «A indisciplina na sala de aula e o «Abandono escolar».

Cinema em Guimarães

Os fieis seguidores do cinema «made in Portugal» terão, hoje, às 16 e 30 ou pelas 21 e 45, a oportunidade de assistir à exibição, no Cinema São Mamede, do filme de António-Pedro Vasconcelos, «Jaime».

Os mais nostálgicos poderão rever, também hoje, às 21 e 20, no Auditório da Universidade do Minho, um clássico da cinematografia muda. Trata-se de «O Grande Ditador», de Charles Chaplin.

Imparável, o galardoado filme de John Maden, «A paixão de Shakespeare», estará a partir de amanhã e até à próxima quinta-feira, dia 22, na sala do Cinema São Mamede.

«Celebidades», a mais recente realização do polémico cineasta, Woody Allen, chegará ao Auditório da Universidade na terça-feira, dia 20 pelas 21 e 30.

Um dia depois, no mesmo local e horário, será a vez de apreciar a fita de Roberto Faenza, «Afirma Pereira».

E porque não só de cinema vive o homem, convém recordar que, até ao dia 29, no Ultimatum - Café Jazz Café, pelas 22 horas, realiza-se um Concurso Nacional de Bandas.

Teatro infantil em Lisboa

A Biblioteca-Museu República e Resistência foi o lugar eleito para que, hoje, pelas 18 e 30, seja lançado o livro «José Afonso - O Rosto da Utopia», de José Salvador.

Amanhã, as salas de cinema lisboetas receberão quatro filmes estreantes. Trata-se de «Profundo como o mar», de Ulu Grosbard, «A qualquer custo», de Steven Zaillian; «Uma mulher para dois», de Ernst Lubitsch; e «O general», de John Boorman. O espectáculo de teatro para crianças «É de Gritos», a cargo da companhia Três em Pipa, espera pelos mais pequeninos, até ao dia 18, na Sala de Ensaio do Centro de Pedagogia e Animação do Centro Cultural de Belém.

O grupo de dança da Escola Secundária Josefa de Óbidos apresenta-se, no dia 21, às 17 horas, na Delegação Regional de Lisboa do Instituto Português da Juventude, na zona norte da antiga Expo'98, para representar os ritmos e os cantares africanos.

Pintura em Matosinhos

Hoje e amanhã leve os seus filhos a ver a peça infantil «Vassilissa». A representação realiza-se no Centro de Congressos e Desportos de Matosinhos e estará a cargo do grupo O Bando.

A partir de amanhã e até ao dia 16 de Maio poderá visitar, no Museu da Quinta Santiago, a exposição de pintura do artista Pina Cabral.

Raid algarvio em Portimão

A Biblioteca Municipal Manuel Teixeira Gomes será palco, amanhã, pelas 21 e 30, para uma conferência sobre «A Revolução e a Questão Social», um evento inserido no programa de comemorações dos 25 anos do 25 de Abril organizado pela autarquia local.

A Praia da Rocha foi o local escolhido para dar a largada e para a chegada do II Grande Raid do Algarve em Motas de Água - Cidade de Portimão'99.

«Maria Callas» no Porto

Amanhã e no sábado, o músico e escultor João Ricardo Oliveira apresenta, no Pequeno Auditório do Rivoli - Teatro Municipal, a «Orquestra Aspirador», um espectáculo que resulta do trabalho efectuado no workshop «O Parafuso perdido no aspirador» - pesquisa sonora à volta de objectos do quotidiano, realizada na Cidade Invicta com crianças entre os 10 e os 12 anos.

A programação do Coliseu inclui a apresentação, até ao dia 20, de «Maria Callas», de Terrence McNally. Trata-se de um megashow que conta com as interpretações de Rita Ribeiro, Cláudia Baião, Tiago Sepúlveda e Lia Altavilla.

Música e Dança em Setúbal

A Temporada de Música e Dança'99 prossegue de vento em popa. Assim, para amanhã está prevista uma apresentação pública do Grupo Coral de Alunos do Curso de Professores de Educação da Escola Superior de Educação de Setúbal.

Vídeo em Valença

Os mais pequeninos delirarão, com a exibição, no dia 21, na Biblioteca Municipal de um vídeo sobre Asterix e Cleopatra.

Música
+ Bruckner
+ Mozart

15 de Abril - 21h30
16 de Abril - 19 horas

Orquestra Gulbenkian
Michael Zilm - maestro
Pedro Burmester - piano

Grande Auditório
Fundação Calouste Gulbenkian

Lisboa

SUGESTÃO

Passion

O compositor Peter Gabriel e o coreógrafo e estrela do rock britânico Moses Pendleton juntam-se, a partir de hoje e até ao dia 19, no Grande Auditório do Centro Cultural de Belém (CCB), num espectáculo: Passion.

O ambiente do filme de Martin Scorsese, «A Última Tentação de Cristo» serve de pano de fundo a um evento *sui generis*, onde a música sintetizada de Peter Gabriel entra numa mística e intimista coreografia, unindo-se, na perfeição, com a evocação surrealista e espiritual de Moses Pendleton.

No grande palco do CCB, um ecrã projecta imagens. Por trás, os bailarinos dançam num estilo atlético e com gestos flexíveis, numa harmonia entre o reino do olhar e o labirinto da dança.

Imagens reais e recriadas dissolvem-se ajudadas pela instrumentalização da luz que as integra.

Figuras, formas e arquétipos emergem junto a um vasto cosmos de símbolos de terra, água e fogo, e de várias religiões.

Segue-se uma evocação à espiritualidade na sua universalidade, para além de quaisquer fronteiras ideológico-religiosas.

Por fim, um apelo à audição para suspender a realidade faz com que todos entrem num mundo de ilusão, onde os corpos se transformam constantemente.

Não deixe fugir esta experiência única!

POEMA DA SEMANA

Seleção de Carlos Carranca

Sonetos de Abril

Evoé! De pântano os soldados rompem do tempo em que Evoé! a terra salve rainha descruzando os braços com seu pé de papiro pisa a fera.

Na écloga dos rostos despontados onde dos corvos se retira a treva, de beijo e beijo as ruas são bailados mudam-se as casas para a primavera.

Evoé! O povo abre o touriil e sai o Sol perfeitamente Abril maravilha de Pátria ressurrecta.

Evoé! Evoé! Tágides minhas outras vez prateadas campanhas sois na cabeça em fogo do poeta

Natália Correia
In «Antologia Poética»



UM DESAFIO À ESPERA DE RESPOSTA!!!*

Em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista saúdo V. Exa. pelo êxito político conseguido na Cimeira de Berlim, a propósito das novas perspectivas financeiras da União e, nomeadamente, da designada «Agenda 2000». Tenho presente ao fazer-lhe esta saudação que V.Exa. a remete, com sinceridade, para todo o povo português, pois tem perfeita consciência que foi também pelo empenhamento, pelo entusiasmo e na estabilidade política e social do país que assentou a obtenção de tão significativos resultados. Só que em democracia os povos escolhem e, para este particular momento histórico, a escolha foi em V.Exa., no seu Governo e nos ideais prosseguidos pelo Partido que o sustenta e suporta nesta Câmara. E isto que é inquestionável, tem de ser dito e lembrado quantas vezes for necessário.

Além de que, neste caso, não se conhece, ao contrário do que sucedeu noutras ocasiões – Edimburgo por exemplo – qualquer contributo significativo no plano das negociações europeias, do principal partido da oposição.

Acresce que a saudação que lhe dirigimos é tanto mais merecida e justificada quanto é verdade que poucos consideravam ser possível atingir o êxito obtido. Sem preocupação de ser exaustivo recorde aqui que ainda recentemente – a propósito da ratificação do Tratado de Amesterdão – o representante do PSD no debate afirmou e cito «Portugal vai ficar muito atrás de outros países, mais ricos e desenvolvidos, quando se tratar da distribuição dos fundos estruturais» e ainda que «pela aplicação automática dos critérios tal como estão estabelecidos na agenda europeia, na Agenda 2000, Portugal será um país prejudicado – talvez mesmo o mais prejudicado – relativamente aos países da coesão». Estou seguro, na sequência aliás de tímidos comentários públicos entretanto proferidos, de que muito gostaria o senhor deputado Durão Barroso de estar presente, neste debate, para ter oportunidade de cumprimentar e saudar V.Exa. e, sobretudo, afirmar, com humildade democrática,

que se enganou. Não tenho tempo para elaborar muito especificamente sobre os resultados quantitativos da cimeira, que aliás, estão divulgados e são conhecidos de todos presumo. É contudo inquestionável que os fundos conseguidos vão continuar a induzir crescimento. Os fundos cresceram no plano absoluto e cresceram igualmente no plano relativo da distribuição o que significa muito claramente que a posição de Portugal, no contexto da União, se reforçou e progrediu. Não resisto a citar um conhecido comentador político e económico que hoje mesmo afirmou: «A Agenda 2000 é um exemplo significativo da tenacidade e do querer com que Guterres lutou por aquilo em que acreditava». Só que esta é a 1ª batalha. Está ganha mas queremos mais, queremos ganhar a verdadeira guerra ... a guerra ... contra a pobreza, contra a exclusão, contra a desigualdade e iniquidade ... em suma, contra o sub-desenvolvimento.

*Extracto da intervenção no debate político mensal com o primeiro-ministro

«Os resultados das políticas neoliberais são de tal maneira devastadores que até são contestados pela Igreja Católica, que levanta a voz para dizer "cuidado com os exageros".»

Fausto

Visão, 8 de Abril

«O "neoliberalismo" é um eufemismo que significa apenas capitalismo selvagem, puro e duro.»

Idem, ibidem

«Eu noto uma diferença enorme entre este Governo e o anterior. São completamente distintos, há uma maior humanização dos seus actos, outra preocupação – como aconteceu, por exemplo, com a questão do rendimento mínimo garantido, que as forças de direita não pretendiam.»

Idem, ibidem

«Do ponto de vista económico, o 25 de Abril foi uma desilusão. Recuperaram-se realidades que pertenciam ao antes do 25 de Abril.»

Idem, ibidem

«A Agenda 2000 é um exemplo significativo da tenacidade e do querer com que Guterres lutou por aquilo em que acreditava.»

Daniel Amaral

Visão, 8 de Abril

«Sinto-me um europeu sem Europa, um socialista sem socialismo e um português que não se resigna a deixar de o ser.»

Manuel Alegre

Expresso, 10 de Abril



Por favor remeter este cupão para:
Portugal Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:
Acção Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

Ação Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director
Fernando de Sousa
Redacção
J.C. Castelo Branco
Mary Rodrigues
Colaboração
Rui Perdigão
Secretariado
Sandra Anjos
Paginação electrónica
Francisco Sandoval
Edição electrónica
Joaquim Soares
José Raimundo

Redacção
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Administração e Expedição
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X
Impressão Imprinter, Rua Sacadura Cabral 26, Dafundo
1495 Lisboa **Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz